

Jornal do Sudoeste

A P E N A S A V E R D A D E

Entre o amor e o cansaço: mães atípicas relatam desafios e ausência de suporte

04



A maternidade atípica vai muito além dos desafios diários do cuidado. Milhares de mães enfrentam barreiras para garantir direitos fundamentais de seus filhos nas áreas da saúde, educação e assistência social. Embora a legislação brasileira assegure proteção e inclusão, o acesso a esses direitos ainda é um desafio para muitas famílias. Conhecer os caminhos legais é essencial para fortalecer a luta por mais apoio, respeito e inclusão.

“A INCLUSÃO NÃO É UM FAVOR, É UM DEVER COLETIVO”

alerta Advogada sobre Direitos das mães atípicas.

33

JUSTIÇA ELEITORAL DEFINE QUE PROMOÇÃO DE CANDIDATURAS EM TEMPLOS RELIGIOSOS CONFIGURA ABUSO DE PODER

03

STJ SUSPENDE TRANSFERÊNCIA DE EMENDAS PARLAMENTARES PARA DEPUTADO CHARLES FERNANDES

13

TCM RECOMENDA REJEIÇÃO DAS CONTAS DE 2023 DA PREFEITURA DE ITORORÓ

08

TCM MULTA PREFEITO DE SEBASTIÃO LARANJEIRAS POR CONTRATAÇÕES IRREGULARES

06

EDITORIAL

■ **ANTÔNIO LUIZ**

Editor@jornaldosudoeste.com

Daniel Vorcaro: A face da ambição e da corrupção que corroem as instituições

O economista mineiro Daniel Bueno Vorcaro, 42 anos, tornou-se um símbolo inquietante das zonas cinzentas onde ambição e corrupção se misturam no Brasil. Em um país historicamente fértil para o enriquecimento ilícito e para práticas antiéticas, sua trajetória expõe, com desconcertante clareza, como o desejo desmedido de ascensão pode se converter em corrupção e desencadear crises que impactam todas as esferas da vida nacional.

Dotado de forte apelo pessoal e de uma habilidade refinada para manipular percepções, Daniel Vorcaro transformou-se em expressão das promessas vazias que ainda assombram a política e parte significativa do empresariado brasileiro. À medida que sua atuação é desvendada pelas investigações da Polícia Federal, revela-se uma engrenagem complexa de interesses que sustenta um ciclo persistente de ilegalidades – ambiente em que a ética é frequentemente sacrificada em nome do lucro e da ascensão individual.

A ascensão de Daniel Vorcaro também expõe, com contundência, a fragilidade das instituições brasileiras. Criadas para proteger o bem comum e garantir a moralidade pública, elas por vezes se mostram vulneráveis diante da ambição ilimitada de indivíduos que buscam explorar brechas legais e éticas. Seu caso é um lembrete incômodo de que o desequilíbrio entre ambição e responsabilidade pode provocar consequências devastadoras – não apenas para os envolvidos diretamente, mas para toda a população, que sofre os efeitos de uma corrupção sistêmica e persistente.

O episódio, entretanto, vai além de um único personagem. Ele ilumina um fenômeno mais amplo: a cultura de impunidade que insiste em se perpetuar no país. É um alerta urgente para que a sociedade civil, em parceria com jornalistas que acreditam na missão que abraçaram, no poder da informação e no dever de informar com responsabilidade, e com ativistas engajados na luta pela democracia e pela preservação dos direitos fundamentais, intensifique a vigilância e renove seu compromisso com a luta contra a corrupção, cobrando padrões mais elevados de transparência e integridade tanto de lideranças públicas quanto privadas.

Ao mesmo tempo, a narrativa em torno de Daniel Vorcaro nos convida a refletir sobre o papel da ambição no Brasil contemporâneo. A busca pelo sucesso é parte natural da experiência humana, mas precisa estar alinhada a valores éticos sólidos e a um compromisso genuíno com o bem-estar coletivo. O futuro do país depende dessa equação.

As lições que emergem do caso, reveladas até aqui pelas investigações oficiais, são numerosas. Cabe à sociedade aprender a distinguir entre o desejo legítimo de progresso e a corrupção corrosiva que destrói as estruturas sociais. É tempo de transformar indignação em ação, defendendo um Brasil no qual a ambição seja motor de inovação, responsabilidade e ética, e não trampolim para o desvio e o abuso de poder.

Em última análise, a trajetória de Daniel Vorcaro não revela apenas um homem e seus cúmplices infiltrados nas engrenagens dos três poderes da República. Ela expõe a realidade de um país que precisa romper, de forma definitiva, com a normalização da corrupção.

Que os desdobramentos do caso sirvam de alerta e de oportunidade. Que a sociedade – homens e mulheres que diariamente sustentam a máquina pública com trabalho e impostos – transforme indignação em reflexão e, sobretudo, em ação. E que, ao exercer sua cidadania nas urnas, projete um futuro em que a ambição não seja porta de entrada para a corrupção, mas força propulsora de transformação, responsabilidade coletiva e verdadeiro progresso.

EXPEDIENTE

JORNAL DO SUDOESTE – Edição 761 – 10 a 30 de maio de 2026

FUNDAÇÃO
21 de março de 1988CONSELHO EDITORIAL
Antônio Luiz da Silva
Antônio Novais Torres
Leonardo SantosEDITOR EXECUTIVO/DIRETOR DE REDAÇÃO
Antônio Luiz da Silva
(77) 99838-6283
editor@jornaldosudoeste.comCHEFE DE REDAÇÃO ADJUNTA
Gabriela Oliveira de Jesus
(77) 98816-6680
reportagem@jornaldosudoeste.comCOMUNICAÇÃO VISUAL/ ESTRATÉGIA
DIGITAL/SOCIAL MEDIA E
DESIGNER GRÁFICO
Keila Sofia Aguar
(77)99935-3316
diagramacao@jornaldosudoeste.comJORNAL DO SUDOESTGE
www.jornaldosudoeste.comENDEREÇO
Pça Capitão Francisco de Souza Meira, 164 – Sl. 06 – Centro
CEP: 46.100.155 – Brumado – BahiaTELEFONE
(77) 99804-5635Agência Sudoeste – Jornalismo, Assessoria e Pesquisas Ltda
CNPJ: 36.607.622/0001-20

X jsudoestebahia

www.jornaldosudoeste.com

Instagram jornaldosudoeste

WhatsApp (77) 99872-5389

YouTube @JornalDoSudoestecanaljs

Facebook @jornalsudoestebahia

O Jornal do Sudoeste não mantém vínculo de qualquer espécie com seus colaboradores (articulistas), sendo da responsabilidade de cada um deles o conteúdo de seus textos



ABUSO DE PODER POLÍTICO E ECONÔMICO

FOTO: REPRODUÇÃO DAS REDES SOCIAIS



JUSTIÇA ELEITORAL DEFINE QUE PROMOÇÃO DE CANDIDATURAS EM TEMPLOS RELIGIOSOS CONFIGURA ABUSO DE PODER

DA REDAÇÃO
redacao@jornaldosudoeste.com

O Tribunal Superior Eleitoral confirmou, no último dia 19 de maio, a cassação dos registros de candidatura da prefeita de Votorantim (SP), Fabíola Alves da Silva (PSDB), do vice Lourival Cesário - Cesar Silva - da Silva (PSDB) e do vereador Alison Andrei - Pastor Lilo - Pereira de Camargo (MDB). A decisão, que ratifica condenação anterior do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, apontou uso de um culto religioso como instrumento de promoção política, configurando abuso de poder político e econômico.

O Processo analisado pelo Tribunal Superior Eleitoral incluiu vídeo de celebração na Igreja do Evangelho Quadrangular de Votorantim. Nas imagens, os três políticos aparecem no púlpito durante o culto. O Pastor responsável pela cerimônia declarou apoio explícito ao vereador Pastor Lilo (Alison Andrei Pereira de Camargo, do MDB), então candidato à reeleição, afirmando que a Igreja estava “fechada” com ele. Para o Tribunal, a fala, somada à presença dos candidatos em momento litúrgico, evidenciou a instrumentalização do espaço religioso para fins eleitorais – prática vedada pela legislação eleitoral vigente.

Embora não exista tipificação autônoma para “abuso de poder religioso”, a Corte Superior Eleitoral destacou que o caso se enquadra juridicamente como abuso de poder político. A jurisprudência eleitoral não proíbe a participação de políticos em cultos ou eventos religiosos, mas veda o uso institucionalizado de templos para promoção de candidaturas, sobretudo quando há discurso de apoio explícito por líderes religiosos.

Além do aspecto político, o julgamento também reconheceu abuso de poder econômico. O Processo apontou aumento no valor do aluguel de um imóvel da Igreja Quadrangular locado pela Prefeitura Municipal de Votorantim, sob gestão de Fabíola Alves da Silva (PSDB). Para os ministros do Tribunal Superior Eleitoral, a alteração contratual representou benefício indireto à Instituição religiosa, caracterizando troca de favores entre poder público e entidade de fé.

A decisão reforça que a fiscalização eleitoral não se limita a discursos e imagens, mas também alcança contratos e relações financeiras que possam indicar vantagem indevida em período eleitoral. O entendimento do Tribunal Superior Eleitoral envia um recado claro a candidatos e partidos: o uso de cultos, missas ou cerimônias religiosas como palanque eleitoral é passível de punição, mesmo sem previsão legal específica para “abuso de poder religioso”.

O caso de Votorantim expõe o desafio de equilibrar liberdade religiosa e lisura eleitoral. De um lado, está o direito de líderes espirituais à participação cívica; de outro, o princípio da isonomia, que impede que candidatos se beneficiem de estruturas comunitárias para obter vantagem sobre adversários. Ao fixar esse precedente, a Justiça Eleitoral sinaliza que, quando o púlpito se transforma em palanque, cabe intervenção para preservar a integridade do processo democrático.

FINANÇAS PÚBLICAS

MINISTÉRIO PÚBLICO RECOMENDA SUSPENSÃO DE EMPRÉSTIMO DE R\$ 100 MILHÕES EM LIVRAMENTO

DA REDAÇÃO
redacao@jornaldosudoeste.com

A 1ª Promotoria de Justiça de Livramento de Nossa Senhora emitiu Recomendação à prefeita Joanina Batista Silva Moraes Sampaio (PSB) para suspender imediatamente qualquer medida relacionada à execução da Lei Municipal nº 1.598/2026. A norma autorizou a contratação pela Administração Municipal de operação de crédito de até R\$ 100 milhões junto à Caixa Econômica Federal, por meio do Programa de Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento (Finisa).

A Recomendação, assinada pela Promotora de Justiça Ana Luíza Silveira de Oliveira foi motivada por representação complementar apresentada pelos vereadores Ronilton – Batata – Carneiro Alves (Rede) e João Batista – João de Ogum – Pereira dos Santos (Rede), protocolada em 29 de abril. Na Recomendação, a Promotora de Justiça Ana Luíza Silveira de Oliveira aponta possíveis irregularidades formais e riscos ao patrimônio público municipal na contratação do empréstimo.

Entre os argumentos apresentados, a Promotoria destaca a dúvida sobre a real necessidade da operação financeira. O município, segundo o Ministério Público, demonstrou capacidade de investimento com recursos próprios ao destinar mais de R\$ 5,5 milhões para cachês artísticos durante o São João de 2025, além da previsão de realizar evento semelhante em 2026.

O órgão ministerial também identificou falhas no processo de



Prefeita Joanina Batista Silva Moraes Sampaio (PSB)

aprovação da Lei, sancionada em 29 de abril. De acordo com a Recomendação, não foram apresentados documentos considerados essenciais, como estudos de compatibilidade com o Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), Lei Orçamentária Anual (LOA), estimativa de impacto financeiro, demonstrativo da capacidade de pagamento do município e certidões sobre limites de endividamento.

Outro ponto levantado pelo Ministério Público é a ausência de detalhamento sobre a aplicação dos recursos. A legislação menciona apenas áreas genéricas, como pavimentação e saneamento, sem especificar locais, cronogramas ou custos das intervenções. A Promotoria classificou a situação como um “cheque em branco”.

O órgão ministerial também alertou para os riscos em caso de inadimplência. Receitas do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e do ICMS poderiam ser utilizadas como garantia da operação, o que, segundo o Ministério Público, comprometeria despesas essenciais, incluindo pagamento de servidores e investimentos obrigatórios em Saúde e Educação.

A Recomendação ainda cita possível restrição ao debate público durante a tramitação do Projeto na Câmara Municipal, após o indeferimento de Requerimento que solicitava Audiência Pública para discutir a proposta.

Na Recomendação, a Promotoria determinou que a Prefeita a Joanina Batista Silva Moraes Sampaio (PSB) se abstenha de firmar contratos ou praticar qualquer ato relacionado à operação de crédito até a conclusão das apurações. Foi estabelecido prazo de cinco dias para que a gestora informe se acatará a Recomendação e apresente documentos financeiros e informações sobre negociações com a Caixa Econômica Federal.

OUTRO LADO

A reportagem do JS buscou contato com a prefeita Joanina Batista Silva Moraes Sampaio (PSB), por meio de mensagem encaminhada via aplicativo WhatsApp (77 9963-**04), para que pudesse se manifestar, apresentar esclarecimentos ou contrapontos acerca da recomendação expedida pela 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Livramento de Nossa Senhora, relacionada à execução da Lei Municipal nº 1.598/2026. Até o fechamento desta edição, entretanto, a gestora não havia respondido.

O espaço permanece aberto caso a prefeita queira se manifestar.

FISCALIZAÇÃO/CONTAS PÚBLICAS

TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS NOTIFICA DIRETORA DO IMUPRE POR INDÍCIOS DE IRREGULARIDADES EM REPASSES PREVIDENCIÁRIOS



DA REDAÇÃO
redacao@jornaldosudoeste.com

O Tribunal de Contas dos Municípios da Bahia notificou oficialmente a Diretora Executiva do Instituto Municipal de Previdência de Correntina (Imupre), Janeiva Correia de Souza, para prestar esclarecimentos sobre a prestação de contas anual referente ao exercício de 2025. A medida foi publicada no Diário Oficial do último dia 19, por meio do Edital nº 577/2026, dentro do Processo nº 09382e26.

Segundo Relatório Preliminar da 27ª Inspeção Regional de Controle Externo do Colegiado de Contas (27ª Irce/TCM), a auditoria identificou indícios de inadimplência da Prefeitura Municipal de Correntina no repasse das contribuições previdenciárias ao longo de 2025. O valor em análise chega a aproximadamente R\$ 30 milhões, incluindo a cota patronal e as retenções dos servidores que não teriam sido integralmente transferidas ao fundo.

Embora o procedimento atual foque nas obrigações financeiras do último exercício, o balanço patrimonial do Instituto Municipal de Previdência de Correntina (Imupre) revela um quadro fiscal delicado. O passivo consolidado do Instituto alcança R\$ 210 milhões, resultado da soma entre o déficit de R\$ 30 milhões da atual gestão e uma dívida histórica de cerca de R\$ 180 milhões, acumulada em Administrações Municipais anteriores. Parte desse montante já motivou ações judiciais contra o ex-prefeito do município Nilson José – Maguila – Rodrigues (PCdoB).

De acordo com os técnicos do Tribunal de Contas dos Municípios,

a continuidade da insuficiência nos repasses obriga o Instituto a recorrer às reservas de capital para manter o pagamento dos benefícios, situação que acende alerta sobre a solvência do Fundo a longo prazo.

Além do rito administrativo no Tribunal de Contas dos Municípios, a situação previdenciária de Correntina é alvo de Inquérito Civil conduzido pelo Ministério Público da Bahia. A investigação busca apurar responsabilidades civis e administrativas relacionadas ao fluxo de caixa do Instituto Municipal de Previdência de Correntina (Imupre) e aos atrasos nos repasses.

O Edital publicado pelo Colegiado de Contas assegura à gestora Janeiva Correia de Souza o prazo legal de 20 dias para apresentar defesa e documentos que comprovem a regularidade das contas ou as medidas adotadas para cobrar os débitos junto ao Executivo Municipal. Após a análise das justificativas, o Tribunal de Contas dos Municípios decidirá pela aprovação ou rejeição das contas relativas ao exercício de 2025.

OUTRO LADO

A reportagem do JS tentou, sem sucesso, contato com a Diretora do Instituto Municipal de Previdência de Correntina (Imupre), Janeiva Correia de Souza, com o ex-prefeito Nilson José – Maguila – Rodrigues (PCdoB), e com o atual prefeito Walter Mariano – Mariano Correntina – Messias de Souza (União Brasil), o “Mariano Correntina” (União Brasil), para oportunizar que pudessem apresentar manifestação, esclarecimentos ou contrapontos acerca da decisão do Tribunal de Contas dos Municípios, que aponta inadimplência da Prefeitura Municipal nos repasses previdenciários e alerta para o risco de comprometimento da saúde financeira do Instituto a longo prazo.

CONTROLE E TRANSPARÊNCIA

TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS MULTA PREFEITO DE SEBASTIÃO LARANJEIRAS POR IRREGULARIDADES EM CONTRATAÇÕES



DA REDAÇÃO
redacao@jornaldosudoeste.com

Na sessão realizada no último dia 27 de maio, a 1ª Câmara de Julgamentos do Tribunal de Contas dos Municípios da Bahia homologou, por unanimidade, Medida Cautelar expedida pelo Conselheiro Paulo Fernando Rangel de Lima, obrigando a Prefeitura Municipal de Tremedal a suspender novas contratações de pessoal sem respaldo legal até o julgamento definitivo do mérito do Processo instaurado pela 5ª Inspeção Regional de Controle Externo da Corte de Contas (5ª Irce/TCM).

Segundo Relatório da Auditoria, entre janeiro e setembro de 2025 foram identificadas supostas irregularidades na contratação de prestadores de serviços – pessoas físicas – pela Administração Municipal. No período, foram registrados 2.158 pagamentos a trabalhadores contratados sem Concurso Público, Processo Seletivo Simplificado ou nomeação para cargos comissionados previstos em Lei.

Os Auditores do Colegiado de Contas apontaram que as contratações realizadas pelo Governo do prefeito José Carlos Vieira Bahia (Avante) apresentavam características de continuidade, habitualidade e subordinação, o que indicaria a utilização irregular de prestadores de serviços para funções permanentes da Administração Pública. A prática, segundo o Relatório, afronta diretamente o Artigo 37 da Constituição Federal, que estabelece regras para ingresso no serviço público.

Ao analisar o pedido de Tutela Cautelar, o Conselheiro Paulo Fernando Rangel de Lima destacou que a documentação apresentada evidenciou a inexistência de qualquer processo seletivo ou mecanismo legal de contratação para as atividades desempenhadas. Para o Relator, a manutenção das admissões sem amparo jurídico poderia gerar prejuízos ao interesse público e comprometer a gestão municipal.

Com a decisão, o prefeito José Carlos Vieira Bahia (Avante) foi notificado a suspender imediatamente novas contratações irregulares e apresentar defesa sobre os apontamentos feitos pela 5ª Inspeção Regional de Controle Externo (5ª Irce/TCM). O caso seguirá em análise até julgamento definitivo pelo colegiado da Corte.

OUTRO LADO

A reportagem do JS buscou contato com o prefeito José Carlos Vieira Bahia (Avante) por meio de mensagens enviadas via WhatsApp a três Assessorias do gestor (77 99989-**68, 77 98814-**79 e 77 99936-**16). O objetivo foi oferecer espaço para que o chefe do Executivo Municipal pudesse comentar, justificar ou contestar as alegações apresentadas pelos Auditores da 5ª Irce/TCM, que embasaram a decisão cautelar emitida pelos Conselheiros da 1ª Câmara de Julgamentos do Tribunal de Contas dos Municípios.

O espaço segue aberto para manifestação do gestor.

CONTAS PÚBLICAS



MINISTÉRIO PÚBLICO MIRA CONTRATOS ARTÍSTICOS DE POÇÕES PARA O SÃO JOÃO 2026

DA REDAÇÃO *
redacao@jornaldosudoeste.com

O Ministério Público do Estado apresentou, no último dia 21, uma Representação ao Tribunal de Contas dos Municípios solicitando que a Prefeitura Municipal de Poções não realize pagamentos integrais às atrações artísticas contratadas para os festejos juninos de 2026. A medida visa impedir valores superiores à média das contratações feitas em 2025, sob alegação de indícios de aumento excessivo nos preços.

De acordo com o Promotor de Justiça Ruano Fernando da Silva Leite, responsável pela Ação, foram identificados indícios de majoração significativa nos valores dos contratos firmados com artistas, mesmo após a devida atualização monetária pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IpcA). “Houve uma elevação expressiva nos valores, quando comparados às médias praticadas no ano passado”, afirmou.

Segundo dados disponíveis no Painel de Transparência dos Festejos Juninos, houve aumento nos custos previstos para artistas como William Sanfona, Netto Brito e Limão Com Mel. O Promotor destacou que os valores projetados para 2026

chegam a superar as médias observadas em contratações semelhantes realizadas em 2025. No caso do artista Netto Brito, por exemplo, a contratação foi estimada em R\$ 42.756,25 superior à média corrigida do mesmo período do ano anterior.

Além de solicitar uma Medida Cautelar, o Ministério Público pediu que todos os contratos de Inexigibilidade de Licitação firmados para os festejos de 2026 sejam enviados ao Tribunal de Contas dos Municípios para fins de auditoria. “Ainda não foi possível verificar a conformidade dos preços de todos os contratos, pois a Prefeitura não encaminhou ao Ministério Público os proce-

dimentos completos de contratação direta”, explicou o Promotor Ruano Fernando da Silva Leite.

Desde março deste ano, a Prefeitura Municipal de Poções foi orientada a seguir os parâmetros estabelecidos na Nota Técnica Conjunta nº 01/2026, elaborada pelo Ministério Público do Estado, Tribunal de Contas dos Municípios e Ministério Público de Contas. O documento recomenda critérios de razoabilidade e economicidade na contratação de artistas para os festejos juninos, visando evitar gastos excessivos e garantir a transparência nas contratações públicas.

* COM INFORMAÇÕES DA ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DA BAHIA

OUTRO LADO

A equipe do JS encaminhou solicitação de posicionamento à prefeita de Poções, Irenilda – Dona Nilda – Cunha de Magalhães (PCdoB), por meio do Departamento de Comunicação Social da Prefeitura, utilizando o aplicativo WhatsApp (77 98150-**81). O contato buscou abrir espaço para que a gestora pudesse comentar ou contestar as alegações apresentadas pelo Ministério Público Estadual na Ação protocolada no Tribunal de Contas dos Municípios, com pedido de Medida Cautelar para suspender integralmente os pagamentos às atrações artísticas contratadas para os festejos juninos de 2026, sob suspeita de reajuste considerado acima da média em relação às contratações realizadas no ano anterior.

Até o fechamento desta edição, a prefeita não havia respondido ao contato. O espaço permanece disponível caso a gestora decida se manifestar.



Jornaldosudoeste

IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA



TRIBUNAL DE CONTAS APONTA IRREGULARIDADES E RECOMENDA A REJEIÇÃO DAS CONTAS DE 2023 DO EX-PREFEITO PAULO CARNEIRO RIOS, DE ITORORÓ

DA REDAÇÃO *
redacao@jornaldosudoeste.com

Na sessão realizada no último dia 7, o Tribunal de Contas dos Municípios da Bahia emitiu Parecer Prévio recomendando à Câmara de Vereadores de Itororó a rejeição das contas da Prefeitura Municipal, sob responsabilidade do ex-gestor Paulo Carneiro Rios (Progressistas), relativas ao exercício de 2023.

A decisão foi motivada pelo descumprimento do limite legal da Dívida Consolidada Líquida, que atingiu 133,19% da Receita Corrente Líquida, ultrapassando o teto de 120% estabelecido pela Resolução nº 40/2001 do Senado Federal.

Diante da irregularidade, a Corte de Contas determinou a formulação de Representação ao Ministério Público Estadual para apuração de possível ato ilícito. Além disso, foi aplicada multa de R\$ 4 mil ao gestor.

De acordo com os dados apresentados, a Prefeitura Municipal de Itororó arrecadou R\$ 70,3 milhões em 2023, mas realizou despesas de R\$ 80,7 milhões, resultando em déficit orçamentário de R\$ 10,4 milhões.

Outro ponto crítico apontado pelo Tribunal de Contas dos Municípios foi a despesa com pessoal, que somou R\$ 44,4 milhões – equivalente a 64,62% da Receita Corrente Líquida de R\$ 68,7 milhões. O percentual ultrapassa o limite de 54% previsto pela Lei Complementar 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal). Apesar das irregularidades, a Administração Municipal cumpriu os investimentos mínimos exigidos em áreas essenciais. Foram aplicados: 91,31% dos recursos do Fundeb na remuneração dos profissionais do magistério (mínimo exigido: 70%); 17,03% da arrecadação em ações e serviços de Saúde (mínimo: 15%); 29,20% das receitas de impostos e transferências na manutenção e desenvolvimento do Ensino (mínimo: 25%).

A decisão do Tribunal de Contas dos Municípios cabe recurso, podendo o gestor apresentar defesa para tentar reverter a recomendação de rejeição das contas.

* COM INFORMAÇÕES DA ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DA BAHIA

OUTRO LADO

Contatado pela reportagem do JS por meio de mensagem enviada pelo Aplicativo WhatsApp (73 9981-**45) para que pudesse, se entendesse pertinente, apresentar manifestação, esclarecimentos ou contrapontos sobre a decisão do Tribunal de Contas dos Municípios da Bahia, que emitiu Parecer Prévio recomendando a rejeição das contas de 2023 da Prefeitura Municipal de Itororó, o ex-prefeito Paulo Carneiro Rios (Progressistas) não retornou o contato até o fechamento desta edição.

O espaço permanece aberto para que o ex-gestor, caso considere pertinente, possa se manifestar.

Tribunal de Contas dos Municípios recomenda rejeição das contas da Prefeitura de Bom Jesus da Lapa



DA REDAÇÃO
redacao@jornaldosudoeste.com

O Tribunal de Contas dos Municípios da Bahia recomendou, no último dia 21, a rejeição das contas da Prefeitura Municipal de Bom Jesus da Lapa relativas ao exercício financeiro de 2024. A decisão, tomada em sessão plenária, será encaminhada à Câmara Municipal, responsável pelo julgamento político-administrativo do caso, no âmbito do município de Bom Jesus da Lapa.

As contas, de responsabilidade do ex-prefeito Fábio Nunes Dias (PT), receberam parecer contrário após a área técnica do Colegiado de Contas identificar diversas irregularidades. Entre elas, a ausência de recursos em caixa para o pagamento de despesas inscritas em 'Restos a Pagar', em desacordo com o Artigo 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101/2000).

Outro ponto considerado grave foi o não cumprimento dos índices constitucionais de investimento em Educação. Segundo o Relatório, a gestão do ex-prefeito Fábio Nunes Dias (PT) aplicou apenas 8,28% na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – percentual muito inferior aos 25% exigidos pela Constituição Federal. O uso dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) também foi questionado: apenas 48,10% foram destinados à remuneração dos profissionais da Educação, quando a legislação determina aplicação mínima de 70%.

A Relatoria do Processo ficou a cargo do conselheiro Paulo Fernando Rangel de Souza, que propôs multa de R\$ 10 mil ao ex-gestor por meio de Deliberação de Imputação de Débito. Além da penalidade financeira, o Colegiado de Contas determinou o envio de Representação ao Ministério Público Estadual para apuração de possível prática de Improbidade Administrativa em razão do descumprimento da legislação fiscal.

Apesar de ainda caber recurso, o Parecer reforça a atuação do órgão de controle na fiscalização do uso dos recursos públicos e no cumprimento das normas de responsabilidade fiscal nos municípios baianos.

OUTRO LADO

A reportagem do JS entrou em contato com o ex-prefeito Fábio Nunes Dias (PT) por meio de mensagem enviada ao aplicativo WhatsApp ((77 77 9803-**43), para oferecer a oportunidade de manifestação e eventual contraditório diante das alegações que embasaram a recomendação do Tribunal de Contas dos Municípios da Bahia pela rejeição das contas referentes ao exercício financeiro de 2024, último ano de sua gestão à frente da Prefeitura Municipal de Bom Jesus da Lapa.

Até o fechamento desta edição, porém, o ex-prefeito não havia retornado o contato.

GESTÃO PÚBLICA

TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS NEGA REGISTRO DE CONCURSO PÚBLICO EM BROTAS DE MACAÚBAS

DA REDAÇÃO
redacao@jornaldosudoeste.com

A 1ª Câmara de Julgamento do Tribunal de Contas dos Municípios da Bahia decidiu, na sessão do último dia 13, negar o registro dos Atos Administrativos de Admissão de Pessoal referentes ao concurso público realizado em 2019 pelo município de Brotas de Macaúbas. O Certame, regido pelo Edital nº 001/2019, previa a contratação de Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate a Endemias, sob regime estatutário.



O voto do Relator do Processo na Corte de Contas, Auditor José Cláudio Mascarenhas Ventin, foi acompanhado pelos demais Conselheiros. Ele destacou que o então prefeito, Litercílio Nunes de Oliveira Júnior (Progressistas) não apresentou documentos considerados essenciais para a análise da legalidade das admissões. Entre os itens ausentes, destacou o Relator, estão a Lei Municipal que criou os cargos, o ato autorizativo do concurso, a comprovação da publicação do Edital em Diário Oficial, o Relatório da Comissão Organizadora, os Atos Administrativos de Nomeação, Termos de Posse e Declarações de Bens dos aprovados. Também não houve registro das informações no Sistema Siga (Sistema Integrado de Gestão e Auditoria), exigido pelo Tribunal de Contas dos Municípios.

O Ministério Público de Contas, por meio do Procurador Guilherme Costa Macedo, também se manifestou pela negativa do registro, defendendo ainda a aplicação de multa ao gestor responsável.

A decisão não é definitiva e cabe recurso.

• OUTRO LADO

A reportagem do JS não conseguiu contato com o ex-prefeito Litercílio Nunes de Oliveira Júnior (Progressistas) nem com o atual gestor, Antônio Keber – Dr. Kleber – Ribeiro, para que pudessem se pronunciar sobre a decisão do Tribunal de Contas dos Municípios da Bahia e informar quais medidas adotaram ou pretendem adotar para tentar reverter a sentença.

O espaço permanece aberto caso o ex-prefeito e o atual chefe do Executivo de Brotas de Macaúbas queiram se manifestar.

CONTROLE E TRANSPARÊNCIA

Prefeito José Carlos Bahia é alvo de decisão do Tribunal de Contas dos Municípios por contratações irregulares em Tremedal

DA REDAÇÃO *
redacao@jornaldosudoeste.com

Na sessão realizada no último dia 27 de maio, a 1ª Câmara de Julgamentos do Tribunal de Contas dos Municípios da Bahia homologou, por unanimidade, Medida Cautelar expedida pelo Conselheiro Paulo Fernando Rangel de Lima, obrigando a Prefeitura Municipal de Tremedal a suspender novas contratações de pessoal sem respaldo legal até o julgamento definitivo do mérito do Processo instaurado pela 5ª Inspeção Regional de Controle Externo da Corte de Contas (5ª Irce/TCM).



Segundo Relatório da Auditoria, entre janeiro e setembro de 2025 foram identificadas supostas irregularidades na contratação de prestadores de serviços – pessoas físicas – pela Administração Municipal. No período, foram registrados 2.158 pagamentos a trabalhadores contratados sem Concurso Público, Processo Seletivo Simplificado ou nomeação para cargos comissionados previstos em Lei.

Os Auditores do Colegiado de Contas apontaram que as contratações realizadas pelo Governo do prefeito José Carlos Vieira Bahia (Avante) apresentavam características de continuidade, habitualidade e subordinação, o que indicaria a utilização irregular de prestadores de serviços para funções permanentes da Administração Pública. A prática, segundo o Relatório, afronta diretamente o Artigo 37 da Constituição Federal, que estabelece regras para ingresso no serviço público.

Ao analisar o pedido de Tutela Cautelar, o Conselheiro Paulo Fernando Rangel de Lima destacou que a documentação apresentada evidenciou a inexistência de qualquer processo seletivo ou mecanismo legal de contratação para as atividades desempenhadas. Para o Relator, a manutenção das admissões sem amparo jurídico poderia gerar prejuízos ao interesse público e comprometer a gestão municipal.

Com a decisão, o prefeito José Carlos Vieira Bahia (Avante) foi notificado a suspender imediatamente novas contratações irregulares e apresentar defesa sobre os apontamentos feitos pela 5ª Inspeção Regional de Controle Externo (5ª Irce/TCM). O caso seguirá em análise até julgamento definitivo pelo colegiado da Corte.

OUTRO LADO

A reportagem do JS buscou contato com o prefeito José Carlos Vieira Bahia (Avante) por meio de mensagens enviadas via WhatsApp a três Assessores do gestor (77 99989-**68, 77 98814-**79 e 77 99936-**16). O objetivo foi oferecer espaço para que o chefe do Executivo Municipal pudesse comentar, justificar ou contestar as alegações apresentadas pelos Auditores da 5ª Irce/TCM, que embasaram a decisão cautelar emitida pelos Conselheiros da 1ª Câmara de Julgamentos do Tribunal de Contas dos Municípios.

O espaço segue aberto para manifestação do gestor.



Alírio de Souza

Alírio de Souza é Sociólogo, Bacharel em Direito, Mestre em Ciências Humanas, Doutor em Educação Superior, Professor Aposentado da UFBA e da UCSAL, membro da Academia Baiana de Educação, Sócio do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. aliriodesouza44@gmail.com

O CARDEAL DA SILVA

Longe de mim querer ser o biógrafo do Cardeal D. Augusto Álvaro da Silva, o longevo Arcebispo da Arquidiocese de São Salvador da Bahia. Sempre soube de sua existência, mas não o conheci pessoalmente. Nem sei se ele tem um biógrafo. Nossa curiosidade e interesse neste breve relato reside em alguns fatos que ouvi de pessoas que o conheceram e tiveram com o próprio algum relacionamento. São apenas poucos fatos do domínio público ou simplesmente comentários “en passant” (casuais).

Devo também dizer que o interesse por escrever estas “mal traçadas linhas” derivou de conversas informais com o Arquiabade do Mosteiro de São Bento na Bahia, D. Emanuel D’Able do Amaral. Conversas informais na Academia Baiana de Educação, da qual o Reverendíssimo Monge também é membro. E como ele é fluminense (natural do Estado do Rio de Janeiro), possivelmente alguns fatos ou acontecimentos da Bahia não são de seu conhecimento. Mas, tudo curiosidade.

Dom Augusto nasceu em Recife em 1876, onde ordenou-se padre e iniciou seu sacerdócio. Antes de vir para Salvador foi Bispo em Floresta, Pernambuco e na cidade de Barra do Rio Grande, na Bahia. Em 1924 tornou-se Arcebispo da Arquidiocese de Salvador - Bahia, aqui permanecendo até seu falecimento em 1968. Em 1953 foi nomeado Cardeal pelo Papa Pio XII. Não foi o primeiro Cardeal brasileiro. O primeiro foi Dom Joaquim Arcoverde de Albuquerque Cavalcanti, conhecido como Cardeal Arcoverde, também nascido em Pernambuco, exercendo o cardinalato no Rio de Janeiro. O Cardeal Arcoverde foi o primeiro Cardeal da América Latina.

Designado Cardeal, Dom Augusto regressou de Roma trajando as vestes cardinalícias e assim foi fotografado pela imprensa na sua chegada ao aeroporto de Salvador. Naquele mesmo dia aconteceu um acidente na Ladeira da Barroquinha e um burro que provavelmente puxava uma carroça foi atropelado e morto, sendo também fotografado. No dia seguinte, certo jornal, não me lembro qual, publicou na primeira página as duas fotos com as manchetes trocadas. Na foto do Cardeal, “Burro morto na Barroquinha”. Na foto do burro atropelado, “O Cardeal da Bahia”. O jornal pediu mil desculpas, mas Dom Augusto não deixou em branco: “COMUNISTAS” !!! Quem o conheceu dizia que era muito inteligente, arguto e perspicaz. Era poeta. Deixou um livro de poesias.

No ano de 1964, ano do golpe militar que duraria vinte anos, o padre Patrick Peyton, provavelmente norte-americano, cruzou o Brasil com a campanha “A Família Que Reza Unida Permanece Unida”, que a esquerda política satirizou: “A Família Que Tem Comida Reza e Permanece Unida”. A campanha foi bem divulgada e mobilizou a comunidade do Estado da Bahia. Segundo a imprensa, mais de um milhão de pessoas comprimiram-se pela Praça da Sé, onde estava o palanque oficial, Rua Chile, Praça Castro Alves e parte da Av. Sete de Setembro. Não viam o Padre Peyton mas escutavam através de auto-falantes. O Cardeal, já velhinho, com quase noventa anos, foi auxiliado pelo Governador Lomanto Jr. para subir os poucos degraus do palanque oficial. Ao acomodar-se em sua cadeira, virou-se para o Governador e disse ironicamente: “Está vendo, Lomanto. Mais uma vez o Estado se apóia na Igreja.”

Naquele tempo, década de 1960, seminaristas eram designados para servirem, dar algum apoio no Palácio Episcopal aos sábados e domingos. Havia uma escala. Certo dia, um deles, hoje jornalista aposentado e também escritor e poeta, estava “de serviço” quando o Cardeal, já velhinho, lhe deu uma ordem: “meu filho, tome aqui este dinheiro, vá até a esquina e compre um acarajé. Mande botar bastante pimenta”. Quando uma freira, que era uma espécie de governanta o viu com o acarajé, falou “o senhor não pode comer isso”, e ele replicou: “ora, vou morrer de qualquer jeito”...

OBSERVAÇÃO: Os artigos publicados não traduzem a opinião do Jornal do Sudoeste. Sua publicação tem como objetivo estimular o debate de ideias no âmbito político, cultural, científico e social.



Credibilidade

Mais que uma conquista, um voto de confiança que renovado diariamente ao longo dos últimos 26 anos.

FOTO- REPRODUÇÃO CÂMARA MUNICIPAL DE BRUMADO



Superior Tribunal de Justiça suspende alterações em emendas parlamentares de Otto Alencar Filho solicitadas pelo deputado federal Charles Fernandes

DA REDAÇÃO
redacao@jornaldosudoeste.com

O Superior Tribunal de Justiça determinou a suspensão imediata de qualquer mudança, liberação ou pagamento das emendas parlamentares do ex-deputado federal baiano Otto Roberto Mendonça de Alencar Filho (PSD) referentes ao orçamento de 2026. A decisão liminar, assinada pelo ministro Benedito Gonçalves no último dia 14, bloqueia o remanejamento de R\$ 40,2 milhões em recursos federais destinados a municípios da Bahia.

A disputa teve início após a renúncia de Otto Alencar Filho ao mandato na Câmara dos Deputados, em dezembro de 2025, para assumir vaga de Conselheiro no Tribunal de Contas do Estado da Bahia (TCE-BA), indicada pelo governador Jerônimo Rodrigues (PT). Com a saída, o suplente Charles Fernandes Silveira Santana (PSD), ex-prefeito de Guanambi, assumiu a cadeira e solicitou ao Governo Federal acesso ao Sistema de Orçamento (Siop) para alterar os municípios beneficiados pelas emendas.

Embora a Secretaria de Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República tenha emitido parecer favorável à mudança, por analogia a casos de cassação ou falecimento de parlamentares, Otto Alencar Filho ingressou com Mandado de Segurança alegando uso indevido de seu nome e alteração sem consentimento.

Segundo dados oficiais, entre 2025 e maio de 2026, Otto Roberto Mendonça de Alencar Filho destinou R\$ 57,4 milhões em emendas individuais, beneficiando pelo menos 47 municípios baianos.

Nos bastidores, a disputa expôs tensões internas no PSD. Fontes relataram que o senador Otto Roberto Mendonça de Alencar, presidente estadual da sigla e pai do ex-deputado, tentou mediar o impasse sem sucesso. O clima já vinha desgastado desde as eleições de 2022 e da escolha de Otto Alencar Filho para o Tribunal de Contas do Estado da Bahia.

Ao analisar o caso, o ministro Benedito Gonçalves ressaltou que o Artigo 81 da Lei Federal 15.321/2025 (Lei de Diretrizes Orçamentárias- LDO) autoriza a transferência de emendas apenas em situações de perda de mandato por decisão judicial ou legislativa, como cassações. Como Otto Roberto Mendonça de Alencar Filho renunciou voluntariamente, a norma não se aplica. O magistrado alertou para o risco de execução irregular das emendas, o que poderia comprometer a correta aplicação dos recursos públicos caso fossem destinados a municípios diferentes dos previstos na Lei Orçamentária. Diante disso, determinou a suspensão imediata das alterações, mantendo os valores vinculados às destinações originais aprovadas pelo Congresso e sancionadas na LOA de 2026.

OUTRO LADO

A reportagem do JS entrou em contato com o deputado federal Charles Fernandes Silveira Santana (PSD), por meio de mensagem encaminhada no aplicativo WhatsApp (77 9961-**80), para oferecer espaço de manifestação sobre a decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que suspendeu a transferência para seu mandato das emendas parlamentares originalmente apresentadas pelo ex-deputado Otto Alencar Filho (PSD/BA) e aprovadas pelo Congresso Nacional.

Até o fechamento desta edição, o parlamentar não havia retornado ao contato. O espaço permanece aberto caso o deputado queira se pronunciar.

OLIMPIÁDA BRASILEIRA DA LÍNGUA INGLESA

Estudante de Encruzilhada conquista Medalha de Ouro na Olimpíada Brasileira de Língua Inglesa

FOTO: ARQUIVO PESSOAL

DA REDAÇÃO JS *
redacao@jornaldosudoeste.com

A estudante Rafaela Machado, aluna do 2º ano do Ensino Médio do Colégio Estadual de Tempo Integral José Palles Sobrinho, em Encruzilhada, conquistou a Medalha de Ouro na categoria Nível 3 da Olimpíada Brasileira de Língua Inglesa (OBLI), realizada neste mês de maio.

A competição, promovida em etapa única e totalmente on-line, desafiou os participantes com 30 questões objetivas e 10 atividades de áudio e vídeo, avaliando habilidades de leitura, escrita, compreensão auditiva e expressão oral. O objetivo da iniciativa é estimular o aprendizado do idioma, promover a competência intercultural e preparar os jovens para oportunidades em um mundo cada vez mais globalizado.

Dedicação e talento

A professora de Língua Inglesa do Colégio Estadual de Tempo Integral José Palles Sobrinho, Liliana de Almeida Ferraz, relatou que apresentou a olimpíada às turmas e que a estudante Rafaela Machado não hesitou em participar, aceitando o desafio de imediato. “Ela tem uma aptidão natural para o idioma, por ser autodidata. Promovi alguns simulados para dar mais segurança, mas o talento já estava lá”, destacou.

Para a estudante, a participação na Olimpíada representou uma experiência enriquecedora. Acostumada a praticar o inglês por meio de músicas, filmes e séries, Rafaela afirmou que considerou a prova relativamente fácil. No entanto, confessou que não esperava alcançar o primeiro lugar. “Não imaginava que iria conquistar o ouro”, destacou.

Apoio da família

Filha e neta de professores, Rafaela Machado atribui à família um papel decisivo em sua trajetória acadêmica. O pai, Rafael Machado, docente de Língua Inglesa, acompanhou de perto o aprendizado da filha. “Eu aprendi sozinha, mas meu pai sempre me apoiou e tirou minhas dúvidas”, relatou a estudante.

O professor destacou a dedicação de Rafaela e lembrou a surpresa da família ao descobrir a dimensão da conquista. “Ela sempre foi muito estudiosa e aplicada. Ficamos surpresos e orgulhosos quando soubemos que se tratava de uma competição nacional”, afirmou.

Planos para o futuro

Com a medalha conquistada, Rafaela já direciona seus esforços para o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). O objetivo é ingressar no curso de Medicina. “Vou fazer a prova este ano como treino e, no próximo, buscar minha vaga”, revelou.

Além disso, a jovem pretende ampliar seu domínio em outros idiomas. “Quero aprender Francês e Espanhol. O Inglês foi só o começo”, disse, mostrando que a Medalha de Ouro é apenas o primeiro passo de uma trajetória marcada pela dedicação e pelo desejo de conquistar novos horizontes por meio da Educação.

COM INFORMAÇÕES DA ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO DA SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DA BAHIA



MARLITO LACERDA

CONTABILIDADE



Sabrina Gomes Camargo

Graduada em Psicologia pela Faculdade Ruy Barbosa (Salvador), Mestre em Psicanálise (Universidade de Paris), Doutora em Teoria Psicanalítica (UFRJ), Especialista em Teoria da Clínica Psicanalítica (UFBA), Especialista em Psicologia Organizacional e Gestão de Pessoas (PUC/RS), Especialista em Medicina e Psicanálise com Bebês (Faculdade Pólis Civitas/PR), Especialista em Psicologia Escolar e da Educação (PUC/RS), Graduada em Psicanálise, Perinatalidade e Parentalidade (Instituto Gerar) e em Intervenção Precoce (Núcleo Interdisciplinar em Intervenção Precoce da Bahia). Atua há mais de 20 anos na Clínica Psicanalítica, com experiência em Avaliação Psicológica, Consultoria Organizacional, Gestão de Conflitos na Área de Psicologia Organizacional e ministrando palestras no Campo Organizacional, da Saúde Mental e da Educação

ENTRE O CORPO E O SILÊNCIO: POBREZA MENSTRUAL E IMPLICAÇÕES PSÍQUICAS NA ADOLESCÊNCIA E NA VIDA DA MULHER

A chamada pobreza menstrual refere-se à dificuldade de acesso a absorventes, condições adequadas de higiene, infraestrutura, informação e cuidado durante o período menstrual. Embora muitas vezes seja tratada apenas como uma questão sanitária ou econômica, ela possui também implicações subjetivas e psíquicas.

A partir da Psicanálise, pode-se pensar que a pobreza menstrual atinge não apenas o corpo biológico da mulher e da adolescente, mas também sua relação com a feminilidade, com o olhar do outro e com o laço social.

Em Sigmund Freud, pai da Psicanálise, o corpo não é somente corpo biológico. Ele é atravessado pela linguagem, pela cultura e pela sexualidade. A menstruação, historicamente cercada de silêncios, vergonha e tabu, frequentemente aparece como algo que deve ser escondido. Quando a adolescente ou a mulher não possui recursos mínimos para viver esse processo com dignidade, o que se intensifica não é apenas o desconforto físico, mas vivências de humilhação, exclusão, desamparo e solidão, além dos riscos à saúde pelo uso de alternativas perigosas aumentando as chances de infecções.

Na adolescência, período de profundas transformações corporais e subjetivas, a menstruação marca a entrada em uma nova posição em relação ao corpo e à sexualidade. Em Jacques Lacan, o sujeito constitui sua imagem corporal também a partir do olhar do Outro. Assim, situações de pobreza menstrual podem produzir vergonha do corpo; retraimento social; sentimento de inadequação e angústia diante do olhar dos outros.

Estima-se que milhares de adolescentes faltem à escola durante o período menstrual por não possuírem absorventes ou estrutura adequada. Isso pode gerar isolamento, queda da autoestima e fragilização do pertencimento social. A escola, que deveria funcionar como espaço de inclusão, pode transformar-se em lugar de ansiedade e ameaça.

Do ponto de vista psicanalítico, também é importante considerar que o sofrimento psíquico não decorre apenas da falta de material básico em si, mas do modo como essa falta é significada socialmente. A pobreza menstrual pode intensificar marcas de exclusão já existentes, tais como a escassez, o racismo, a desigualdade de gênero e a invisibilidade social.

O sujeito pode sentir-se reduzido a um corpo indigno, exposto à precariedade. Em muitos casos, aparecem sentimentos de tristeza e desvalorização, ansiedade, retraimento, dificuldades na relação com o próprio corpo. Além disso, a cultura frequentemente trata o corpo feminino como algo que deve ser controlado, silenciado e higienizado. Michel Foucault ajuda a pensar como os discursos sociais regulam os corpos produzindo submissão e controle.

A pobreza menstrual evidencia justamente a desigualdade no acesso às condições mínimas para que esse corpo possa existir socialmente de maneira digna. A psicanálise contribui para essa discussão ao lembrar que cuidar do corpo também é cuidar da subjetividade. Garantir dignidade menstrual não é apenas distribuir absorventes: é possibilitar condições de pertencimento e, reconhecimento, especialmente na adolescência, momento final da etapa da constituição psíquica e corporal.

Sabrina Gomes Camargo
Psicóloga, Psicanalista

Membro do Campo Psicanalítico Salvador
Mestre em Psicanálise pela Universidade Paris 8/França Doutora em Teoria Psicanalítica pela UFRJ

Consultório em Brumado/BA e atendimentos online
Rua Joana Angélica, 148, 1º andar, centro. Telefone: (77) 99925-2198

FOTO BRUNO PERES/AGÊNCIA BRASIL



‘Deepfakes’ sexuais reforçam violência de gênero nas escolas

BÁRBARA MARQUES E GABRIELA ANDRETTA - ESPECIAL PARA O JORNAL DA UNICAMP *
secpres@unicamp.br

Com a popularização das ferramentas de inteligência artificial generativa e o uso crescente de imagens manipuladas (deepfakes), as formas de violência praticadas no ambiente escolar têm se ampliado, enquanto os processos de radicalização entre adolescentes se potencializam. De acordo com a organização não governamental SaferNet Brasil, 16 deepfakes sexuais foram registrados em escolas de dez estados brasileiros entre 2023 e 2025. São vídeos, áudios e imagens extremamente realistas, criados com o uso de inteligência artificial, que mostram pessoas dizendo ou fazendo coisas que, na realidade, nunca disseram ou fizeram.

Como parte de uma pesquisa apoiada pelo fundo Safe Online, do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), a SaferNet Brasil lançou uma enquete para ouvir jovens de 16 a 21 anos sobre o uso de inteligência artificial generativa na criação de imagens sexuais. O mapeamento identificou 57 agressores, todos com menos de 18 anos na época em que os casos ocorreram. Os dados, apesar de subnotificados, já ilustram o estrago que esses deepfakes sexuais podem causar: o levantamento apurou 72 vítimas, com apenas um caso no Distrito Federal sendo responsável por dez delas. Esses conteúdos, produzidos e disseminados em plataformas com pouca moderação, como servidores fechados nos serviços de mensagens instantâneas Discord e Telegram, têm se



tornado um meio de humilhação, assédio e exposição pública.

As respostas obtidas vão embasar recomendações para prevenir que outros jovens sejam vítimas e orientar ações de educação, prevenção e responsabilização diante do avanço do problema no país. Nos casos mapeados, os conteúdos mostravam imagens de nudez ou com teor sexual sem o consentimento das pessoas retratadas, violando a privacidade e a dignidade das vítimas.

A pesquisa integra um relatório que a SaferNet Brasil está produzindo com o objetivo de incentivar as autoridades a construírem respostas efetivas para o problema. “Quando esse tipo de conteúdo circula em comunidades online sem moderação, o impacto emocional nas vítimas pode ser devastador”, diz a advogada e pesquisadora Cléo Garcia, doutoranda em Educação pela Unicamp. É possível traçar uma correlação entre o uso dessas tecnologias e o fenômeno de radicalização que leva a ataques nas escolas, especialmente com conteúdo envolvendo humilhação, exposição e sexualização, diz ela. “Esses espaços virtuais acabam reforçando dinâmicas de poder, misoginia e desumanização, que são elementos recorrentes nos discursos de ódio e nas narrativas de grupos que incentivam ataques”.

Além de ampliar a violência, os deepfakes alimentam o imaginário daqueles que já estão em um processo de radicalização. Garcia acredita que a inteligência artificial pode agravar o cenário de violência extrema nas escolas e de violência contra as mulheres, pois tem potencial para amplificar discursos radicais e imagens em uma velocidade inimaginável. “O uso dessa e de outras formas de manipulação de imagens reforça a violência simbólica contra as mulheres e a objetificação, criando um ambiente de normalização da humilhação e do ódio”

Navegando no escuro

A SaferNet Brasil ressalta que não há um monitoramento sobre a incidência desses crimes ou sobre o avanço das investigações dos casos. Isso dificulta compreender a real dimensão do problema. Desde janeiro de 2024, os crimes de bullying e cyberbullying foram incluídas no Código Penal Brasileiro – a intimidação virtual pode resultar em multa e reclusão de dois a quatro anos.

Para Garcia, a inclusão serviu para reconhecer oficialmente que as práticas não são apenas “brincadeira de internet” e causam danos reais e profundos. “Isoladamente, a Lei pode até gerar medo, mas não necessariamente muda comportamentos. A violência pode continuar acontecendo, só que de forma mais escondida, como ocorre com o bullying”, diz.

Para a advogada, o verdadeiro avanço virá quando as Escolas e a sociedade conseguirem tratar esse tema de forma integrada. O primeiro passo é as Instituições de Ensino reconhecerem o impacto emocional e social desse tipo de violência, que gera vergonha e isolamento para as vítimas. Criar protocolos e contar com pessoas preparadas para ouvir, acolher e orientar as vítimas é essencial. Por outro lado, Garcia diz que é preciso buscar intervenções socioeducativas que ajudem o adolescente agressor a compreender o dano causado. “Vejo a violência tecnológica como uma nova linguagem para velhas feridas sociais. E existem respostas educativas, não militarizadas”, aponta. “Tudo isso passa por investir na qualidade do clima escolar, no diálogo e na construção de uma cultura de cuidado. É um caminho difícil, mas é o mais eficaz para reduzir a violência, tanto a digital quanto a física”.

Máquina do caos

Os deepfakes sexuais também podem ser vistos como uma forma de “cancelar” a existência de vítimas. Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), a Construtora de Marketing Político Beatriz Valle Martins entende o cancelamento como “uma prática de humilhação pública nas mídias sociais digitais, provocada por uma transgressão a uma norma social, alegada ou real, promovida por meio de variadas formas de ataque, como boicote e práticas de assédio como doxing (divulgar dados pessoais sensíveis de alguém), cyberbullying e empilhamento (acumulação de denúncias).

Os algoritmos são uma espécie de “máquina do caos” – termo popularizado pelo jornalista estadunidense Max Fisher – com os quais as plataformas digitais buscam atrair mais usuários e mais tempo de uso. Os algoritmos, ao privilegiar postagens com mais engajamento, favorecem o alcance de conteúdos que despertam emoções. Desta forma, a experiência online é moldada incentivando o comportamento de humilhação pública.

Os modelos de inteligência artificial, por sua vez, extraem padrões a partir de dados fornecidos pelo usuário – como discursos de ódio – que servem de base para as plataformas tentarem prever o tipo de conteúdo que cada um deseja consumir. Por isso, é fácil que um jovem em processo de radicalização, por exemplo, “treine” involuntariamente algoritmos a apresentarem conteúdos que reforcem suas crenças e comportamentos.

Sandra Ávila, professora e pesquisadora do Instituto de Computação (IC) da Unicamp, afirma que a otimização algorítmica nem sempre alinhada com o melhor para o usuário. Em suas pesquisas, a docente busca aproveitar o potencial da inteligência artificial para identificar padrões e conteúdos visuais e treiná-los para extrair informação de grande quantidade de dados. Isso pode ser utilizado, por exemplo, para analisar cenas de crianças em suposta situação de abuso.

Os deepfakes nas Escolas, alerta a docente, são feitos utilizando aplicativos que “desnudem” os corpos das meninas. “O que é reportado [pela SaferNet] é o que foi notificado. O número [real] é muito maior”, estima. Ela ressalta ainda que as informações e os tutoriais que ensinam a criar esses conteúdos são

* Reportagem produzida por estudantes do curso de Especialização em Jornalismo Científico de Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo (Labjor) da Unicamp, sob a supervisão do jornalista Guilherme Gorgulho.

Reportagem publicada originalmente na edição 743 do Jornal da Unicamp, datado de 18 a 31 de maio de 2026

UM CONSULTÓRIO DE ENDOCRINOLOGIA EM BRUMADO
para chamar de seu!

Atendimento de Segunda a Sexta

Confira nossos horários

HORÁRIOS DE Atendimento

Segundas-Feiras	MANHÃ
Terças-Feiras	MANHÃ
Quartas-Feiras	TARDE
Quintas-Feiras	MANHÃ E TARDE
Sextas-Feiras	MANHÃ

Rua Coronel Paulino Chaves, 255
Centro | Brumado - BA
Clínica ProBeauty.
(Prox. a Praça do Jurema)

Agendamento de consultas
Via WhatsApp
(71) 99209-7355



André Naves

Defensor Público Federal. Especialista em Direitos Humanos e Inclusão Social. Mestre em Economia Política. Comendador Cultural. Escritor e Professor. www.andrenaves.com | [@andrenaves.def](https://twitter.com/andrenaves.def)

PESSOAS COM AUTISMO SÃO PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Há um erro grotesco – e politicamente revelador – na tentativa, cada vez mais barulhenta, de afirmar que pessoas Autistas “não são pessoas com Deficiência”. É uma disputa de poder. É a reação de grupos que sempre ocuparam o centro da vida social brasileira e que enxergam, na expansão dos direitos das PcD, uma erosão simbólica e material de seus privilégios.

Esses grupos operam com a segurança de quem vive em ambientes desenhados para seus corpos, suas mentes e seus modos de funcionar – e, por isso, resistem a qualquer redefinição de pertencimento que obrigue o Estado, o mercado e a sociedade a compartilhar espaço, orçamento e protagonismo.

Essa narrativa – disfarçada de liberdade individual, com pitadas de otimismo motivacional – esconde seu propósito verdadeiro: impedir que pessoas Autistas acessem direitos, proteções e adaptações que o Brasil já reconhece constitucional e legalmente.

E o Sistema Jurídico brasileiro não deixa dúvidas. A Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, recepcionada no Brasil com força de Emenda Constitucional (Decreto nº 6.949/2009), define Deficiência como “impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial que, em interação com diversas barreiras, podem obstruir a participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas”. A Lei Brasileira de Inclusão (Lei 13.146/2015) repete essa concepção: a Deficiência não é um atributo da pessoa, mas o resultado da interação entre suas características e um ambiente social estruturado para excluir.

Esse marco legal é reforçado por dois dispositivos específicos: a Lei 12.764/2012 (Lei Berenice Piana), que estabelece que a pessoa com Transtorno do Espectro Autista é pessoa com Deficiência para todos os efeitos legais, e a Lei 13.977/2020 (Lei Romeo Mion), que garante prioridade de atendimento e políticas específicas. Negar isso é tentativa de desconstituição jurídica.

O problema, porém, é mais profundo. A resistência não está apenas na letra da Lei – está na preservação das estruturas sociais e econômicas que lucram com o corpo padrão, a mente padrão e o comportamento padrão como norma. A narrativa antideficiente sobre o Autismo se apoia, de um lado, numa visão biologizante e ultrapassada de deficiência – que reduz tudo a métricas de eficiência produtiva – e, de outro, numa tentativa de manter intactos os privilégios daqueles que têm suas formas de existir reconhecidas como “naturais”, enquanto todas as demais são tratadas como desvio, ruído, transtorno, excesso.

Mas esse modelo biologizante é contraditório em sua própria essência. Se o argumento fosse eficiência, os dados o derrubariam. Empresas inclusivas são mais lucrativas, mais resilientes e mais inovadoras. O estudo da Accenture – Disability Inclusion Advantage (2018) mostra que companhias com políticas sérias de inclusão têm 28% mais receita, 30% maior margem de lucro e o dobro de probabilidade de superar concorrentes em inovação.

A Deloitte Insights (2020), por sua vez, demonstra que equipes neurodiversas são até 30% mais produtivas em tarefas de alta complexidade. A Harvard Business Review documenta os casos da SAP e da Microsoft, onde programas específicos de contratação de pessoas Autistas aumentaram substancialmente a qualidade das soluções, da criatividade e da tomada de decisão.

A ideia de que Deficiência significaria “ineficiência” é empiricamente falsa e economicamente ultrapassada.

Ainda assim, a visão biologizante persiste, porque serve a interesses poderosos. Se pessoas Autistas forem reconhecidas como pessoas com Deficiência, como a Constituição Democrática e a Lei determinam, então escolas precisam se adaptar; empresas precisam reconfigurar ambientes; o Estado precisa garantir acessibilidade sensorial e cognitiva; e a sociedade precisa abandonar o conforto de ignorar as próprias barreiras.

Em outras palavras: reconhecer a Deficiência redistribui poder.

Enquanto isso, os dados vividos pelas pessoas autistas no Brasil confirmam o contrário do que essa narrativa tenta impor. O Censo Escolar 2023 registra que apenas 3,4% dos estudantes Autistas chegam ao ensino superior, e 68% relatam ausência de adaptações adequadas na Educação Básica.

No mercado de trabalho, estudos nacionais e relatórios da OIT estimam desemprego superior a 80% entre pessoas Autistas – uma exclusão massiva e estrutural. Na saúde, relatórios da Fiocruz mostram atrasos diagnósticos médios de quatro anos, chegando a dez anos para mulheres, atrasando intervenções e ampliando vulnerabilidades.

Em relação às violências, o relatório da Disability Rights International (2022) indica riscos dobrados de violência psicológica e taxas elevadas de exclusão institucional e abandono.

Nenhum desses números nasce de uma “característica individual”. Todos surgem da interação entre funcionamento neurológico, subjetividade, ambiente e estruturas sociais – exatamente o que define deficiência no modelo biopsicossocial, adotado internacionalmente e pelo Brasil.

Organizações lideradas por Autistas – como o Ipanema Neurodiversity Collective, o Instituto Lagarta Vira Pupa, além de pesquisadores Autistas brasileiros – afirmam de maneira clara: negar a deficiência é negar proteção, e proteção é condição de existência digna.

A ausência dessas vozes no debate público não é um lapso: é sintoma da mesma estrutura que tenta calar a própria existência da Deficiência. O princípio “Nada sobre nós sem nós” ainda é sistematicamente violado.

O que está em jogo não é semântica. É poder. É orçamento. É controle de narrativa. É a manutenção de uma sociedade em que apenas alguns têm o privilégio de circular plenamente. Quando grupos tentam negar que pessoas autistas são Pessoas com Deficiência, o que fazem é defender o status quo de uma sociedade construída para poucos.

Quem perde com o reconhecimento da Deficiência? Perde quem sempre lucrou com a exclusão. Perde quem sempre teve ambientes moldados para si. Perde quem teme que justiça seja redistribuição. Perde quem confunde privilégio com mérito. Mas quem ganha é o Brasil real. O Brasil que trabalha, que protege, que sonha. O Brasil que precisa de políticas públicas eficazes e ambientes inclusivos. O Brasil que entende que diversidade é fundamento. O Brasil que sabe que dignidade é Justiça.

E é olhando para esse Brasil que a única conclusão possível emerge: Pessoas com Autismo são pessoas com Deficiência – porque enfrentam barreiras reais, estruturais e sistêmicas, produzidas pela interação entre corpo, mente e ambiente. Reconhecer isso não diminui ninguém. Apenas amplia o mundo para que todas as formas de existir tenham lugar legítimo nele.

TRANSTORNO DE ESPECTRO AUTISTA

Ansiedade e Autismo: Estudo mostra que verbalizar emoções pode ajudar a combater Ansiedade

FOTO (ANSIEDADE - AUTISMO) - REPRODUÇÃO/FREEPIK



O estudo traz um indicativo importante de que a identificação e nomeação correta de emoções ajuda a processá-las melhor, afirma o Psicanalista, Mestre em Neurociências e Gestor de Projetos Científicos do Centro de Pesquisa e Análises Heráclito, Adriel Silva Weber (CPAH)

ANGELA ROCHA IMF -
mp.mfpg@gmail.com

Um estudo (<https://www.nature.com/articles/s41598-026-47237-8>) publicado recentemente na revista científica Scientific Reports trouxe novos indícios sobre como a verbalização de emoções pode ajudar pessoas com traços Autistas a lidar melhor com a ansiedade. A pesquisa analisou a relação entre intolerância à incerteza, traços do Espectro Autista e a capacidade de colocar sentimentos em palavras.

Os pesquisadores avaliaram 505 adultos japoneses entre 20 e 39 anos e observaram que participantes com traços Autistas mais marcados apresentavam níveis maiores de ansiedade diante de situações imprevisíveis. Ao mesmo tempo, esses indivíduos demonstraram maior tendência a verbalizar aquilo que estavam sentindo, estratégia que pode ajudar na regulação emocional.

De acordo com o Psicanalista, Mestre em Neurociências e Gestor de Projetos Científicos do CPAH - Centro de Pesquisa e Análises Heráclito, Adriel Silva Weber, o estudo reforça a importância do reconhecimento emocional como ferramenta de equilíbrio psicológico.

“O estudo traz um indicativo importante de que a identificação e nomeação correta de emoções ajuda a processá-las melhor. Quando a pessoa consegue transformar uma sensação difusa em algo identificável cognitivamente, existe uma tendência de redução da sobrecarga emocional”, explica.

Incerteza costuma gerar maior impacto emocional

Segundo os pesquisadores, pessoas com traços Autistas podem apresentar maior dificuldade em lidar com imprevisibilidade, mudanças repentinas e situações pouco estruturadas. Esse fenômeno é conhecido como intolerância à incerteza e está frequentemente relacionado ao aumento da ansiedade. Os autores destacam que os traços Autistas existem em diferentes níveis na população e não se restringem apenas a pessoas com diagnóstico formal de TEA.

“Quando o Cérebro encontra dificuldade para prever cenários ou interpretar determinados contextos sociais, isso pode gerar um estado constante de alerta emocional. Esse processo pode intensificar sintomas como tensão, irritabilidade, exaustão mental e crises de ansiedade”, afirma Adriel Silva Weber.

Dar nome às emoções ajuda o Cérebro a processá-las

A pesquisa reforça uma hipótese já observada em estudos anteriores: verbalizar emoções pode tornar sentimentos difíceis mais toleráveis. Isso pode acontecer internamente, em voz alta, durante conversas ou até por escrito.

“O Cérebro organiza melhor aquilo que consegue identificar. Quando a pessoa nomeia o que sente, ela reduz parte da sensação de caos emocional. Esse mecanismo ativa áreas cognitivas relacionadas à interpretação e ao controle emocional, facilitando processos de regulação psicológica”, destaca.

Estratégia pode ajudar em Terapias

Os pesquisadores apontam que os resultados podem ter aplicações práticas em ambientes escolares, terapêuticos e familiares. Auxiliar uma pessoa a reconhecer emoções específicas pode favorecer a comunicação emocional e reduzir sofrimento psíquico.

“Muitas vezes a pessoa sente ansiedade, frustração ou sobrecarga, mas não consegue identificar claramente aquilo. Quando alguém ajuda a reconhecer esse estado emocional, isso pode trazer sensação de segurança e compreensão”, explica Adriel Silva Weber.

Ferramentas visuais, escalas emocionais, exercícios de comunicação afetiva e acompanhamento terapêutico estão entre as estratégias mais utilizadas nesse processo.

Resultados ainda são preliminares

Apesar dos achados, os próprios autores destacam que o estudo possui limitações. Os participantes analisados não tinham diagnóstico clínico formal de Autismo, o que impede generalizações definitivas para toda a população Autista. Os pesquisadores agora realizam estudos complementares com adultos diagnosticados com TEA para avaliar se os mesmos padrões emocionais se repetem.

“Mesmo sendo preliminares, os dados ajudam a ampliar a compreensão sobre como emoções, ansiedade e processamento cognitivo se relacionam no espectro autista”, finaliza Adriel Silva Weber.

Js.

Feminicídio

O silêncio social também mata!

Diga não à violência.

Denuncie!

Ligue 180

ADRIANA WELLS

Mãe de duas filhas, esposa, formada em Psicologia, Diretora de Recursos Humanos da Foundever, e atleta com mais de três décadas de dedicação à natação. Atua há anos na interseção entre people management, saúde organizacional e cultura inclusiva.



SER MÃE E PROFISSIONAL: O EQUILÍBRIO QUE NÃO É PERFEITO, MAS É POSSÍVEL

Levembro com clareza de uma manhã em que estava em uma reunião importante, com a bebê no colo e a câmera desligada. Eu tentava soar presente, objetiva, no controle, mas, na realidade, não tinha dormido três horas seguidas. Naquele momento, senti algo que muitas mulheres vivem, mas poucas conseguem colocar em palavras: a solidão de sustentar múltiplas identidades ao mesmo tempo, sem que isso seja, de fato, reconhecido.

Eu estava em home office. Mas, muitas das mulheres que lidero vivem essa mesma pressão dentro de uma operação, com headset, metas rodando no monitor e, muitas vezes, sem a rede de apoio que eu tenho.

Sou psicóloga, Diretora de RH em uma empresa global e atleta desde os cinco anos de idade, a natação sempre fez parte de quem eu sou. Também sou mãe de duas filhas. A mais velha tem sete anos, a mais nova acabou de completar um ano. E, sem hesitar, posso dizer: a maternidade foi a experiência mais transformadora da minha vida. Principalmente a primeira.

“A maternidade não pede licença. Ela entra na sua rotina, atravessa sua agenda e redefine quem você é”.

Minha primeira gestação foi marcada por descobertas, mas, também, por bastante solidão. Sem uma rede de suporte estruturada, ficou claro para mim algo incômodo: o mercado de trabalho ainda não sabe lidar bem com mulheres que se tornam mães. Muito menos com aquelas que retornam do puerpério ainda em reconstrução (física, emocional e identitária). Porque não se trata de fraqueza. É biologia. É emoção. É uma reorganização completa da vida. E, por muito tempo, o mundo corporativo tratou isso como um desvio, ou como algo a ser rapidamente “corrigido” para que a mulher volte a performar como antes. Como se maternidade fosse uma pausa. Não é.

Hoje, na posição que ocupo, tenho clareza sobre a responsabilidade que carrego: fazer diferente. E também a consciência de que não é possível dar conta de tudo o tempo todo. O que existe, na prática, é um exercício constante de escolher prioridades, ajustar expectativas e seguir com equilíbrio possível.

Tenho o privilégio de estar em uma empresa que entende que apoiar mães não é um gesto de empatia, é uma decisão estratégica. Por lá, estruturamos o Programa Maternar com esse princípio. Porque licença-maternidade, isoladamente, não resolve. Acompanhamos a gestante ao longo de toda a jornada, com apoio do ambulatório, orientação e, principalmente, escuta. Porque uma mulher grávida não é um risco a ser gerenciado. É uma profissional que precisa de suporte para continuar contribuindo com consistência.

Se a gestação começa a ganhar espaço nas empresas, o puerpério ainda é, muitas vezes, negligenciado – e esse costuma ser o momento mais sensível. Uma mulher que retorna ao trabalho após o parto não está “de volta ao normal”. Ela está lidando com exaustão, adaptação emocional, mudanças hormonais e uma nova dinâmica de vida.

Por isso, estruturamos ações específicas para esse período: apoio social, conteúdos direcionados e espaços seguros de troca. As rodas de conversa, por exemplo, têm um impacto que vai além de qualquer política formal. Existe algo muito potente em perceber que você não está sozinha. Que não é falha individual, é contexto.

E, no retorno ao trabalho, especialmente durante a amamentação, o que essa mulher precisa não é de resiliência heroica. É de estrutura. Nossas salas de lactação existem por isso: para garantir dignidade e viabilizar a continuidade da amamentação mesmo em uma rotina profissional exigente. Não é detalhe. É o que diferencia suporte real de discurso.

O esporte sempre foi meu ponto de equilíbrio. Treino cedo, no intervalo do dia ou no fim da jornada. Nado, faço musculação, pedalo e, mais recentemente, comecei a correr. Me fortalece e me organiza. Me dá clareza. E foi também por meio dele que entendi algo importante sobre conciliação.

Conciliar não é equilibrar tudo perfeitamente, mas, sim priorizar com consciência. É aceitar que, em alguns dias, o treino vai esperar. Em outros, o trabalho espera. É construir uma rotina possível, não ideal.

Com duas filhas, aprendi que não existe uma única forma de viver a maternidade. A primeira foi mais dura. A segunda, mais consciente. Mas, em ambas, o que fez diferença foi ter uma rede de pessoas, de políticas e de cultura. Uma rede que não me obrigou a escolher entre ser uma boa mãe ou uma boa profissional. Porque essa escolha não deveria existir.

“A maternidade não reduz o potencial de uma mulher. Ela amplia.” É nisso que acreditamos, na prática. Todos os programas que estruturamos são gratuitos para nossas colaboradoras. Não por benevolência, mas porque entendemos que reter talentos femininos é uma decisão de negócio. E porque uma empresa que cuida das suas pessoas constrói um nível de comprometimento que não se impõe, mas se conquista.

Se você está vivendo essa fase, equilibrando filhos, carreira, cansaço e cobrança, saiba: não é exagero. É real. É exigente. E não precisa ser solitário. E, se você é líder, gestor ou tomador de decisão, fica um convite simples: pergunte às mães da sua equipe o que elas precisam. E, dessa vez, escute de verdade.

Maternidade: A Escola invisível de competências que fortalece mulheres em suas carreiras

DA REDAÇÃO JS
redacao@jornaldosudoeste.com

A experiência da maternidade, frequentemente vista como um obstáculo na carreira profissional feminina, está ganhando nova perspectiva ao ser reconhecida como um espaço valioso para a aquisição de habilidades e competências. Cada vez mais, mulheres de diversas áreas profissionais evidenciam que os ensinamentos obtidos na rotina materna influenciam diretamente sua abordagem na liderança, inovação e gestão em diferentes setores.

Profissionais de diferentes áreas de atuação destacam que as lições aprendidas na maternidade, desde a gestão do tempo até a capacidade de adaptação, são transformadas em ativos valiosos que contribuem para o desenvolvimento de suas carreiras. De acordo com essas mulheres, os desafios diários enfrentados na criação dos filhos se convertem em competências estratégicas, que fazem a diferença em suas atuações profissionais.

A resiliência, por exemplo, emerge como uma das principais lições extraídas da maternidade. A imprevisibilidade da rotina familiar, que se estende desde os cuidados infantis até os desafios da adolescência, prepara as mães para lidar com situações inesperadas e a desenvolver respostas rápidas. Essa habilidade, cultivada no ambiente doméstico, se traduz em flexibilidade e adaptabilidade, características cada vez mais valorizadas em ambientes corporativos, acadêmicos e políticos.

Além disso, a gestão do tempo se torna um foco crucial para quem busca equilibrar a carreira e a vida familiar. A maternidade ensina a definir prioridades, otimizar tarefas e organizar agendas de maneira estratégica. Essas competências se refletem em decisões mais assertivas e em uma atuação profissional direcionada e focada.

Neste mês de maio, dedicado às celebrações da Maternidade, o JS promoveu uma reflexão ao reunir relatos inspiradores de três mulheres que compartilharam os aprendizados adquiridos ao se tornarem mães. As histórias revelam transformações significativas, tanto emocionais quanto práticas, que impactaram suas trajetórias pessoais e profissionais, sublinhando o caráter transformador da experiência materna.

Confira a seguir os relatos dessas mulheres e suas visões sobre como a maternidade moldou suas vidas e carreiras.



JULIANA FALCÃO NUNES – PSICÓLOGA - BRUMADO

A maternidade é, sem dúvida, uma das maiores escolas para o meu desenvolvimento pessoal. Como mãe e Psicóloga, percebi que o nascimento de um filho não transforma apenas a rotina – transforma profundamente a forma como enxergamos o mundo, as relações e até nós mesmas. Aprendi que não existe controle absoluto, e que acolher a imperfeição faz parte do amadurecimento emocional. A maternidade ensina diariamente sobre escuta, paciência, flexibilidade, presença e inteligência emocional.

No aspecto profissional, muitas competências que hoje considero essenciais na minha carreira foram fortalecidas justamente pela vivência materna. A capacidade de lidar com imprevistos, priorizar demandas, desenvolver empatia e administrar emoções em situações de pressão. Passei a compreender ainda mais o desenvolvimento das crianças e suas nuances; como também as dores, culpas e desafios vividos pelas famílias que acompanho no consultório, principalmente a figura materna, quem normalmente procura o atendimento. Emocionalmente, acredito que a principal mudança foi aprender a olhar para mim com mais carinho e respeito. A maternidade desconstrói muitas idealizações e nos convida a desenvolver e curar muitas feridas que normalmente não percebemos. Também amplia a percepção sobre o tempo, sobre presença verdadeira e sobre o valor dos vínculos afetivos. Existe um fortalecimento interno muito grande quando entendemos que somos capazes de cuidar, sustentar emocionalmente e, ao mesmo tempo, continuar construindo nossa identidade pessoal e profissional.

Vale destacar que tornar-se mãe é uma construção diária. Muda rotina, muda corpo, muda prioridades, muda arranjo familiar. E junto com essas mudanças vem expectativas, preocupações, inseguranças, medos. Por isso é uma oportunidade de crescer pessoalmente. Porém, este crescimento só acontece quando nos permitimos sair do ideal e viver o que é possível. É aprendendo os limites, o respeito próprio que se consegue matinar com mais leveza. Por isso, é indispensável sermos mais amorosa conosco. Estamos em uma fase de construção de um novo papel, e isso leva tempo e dedicação.

Com isso, precisei aprender a lidar com múltiplos papéis, organizar melhor meu tempo e estabelecer prioridades com mais clareza e leveza. A maternidade é uma escola invisível, silenciosa e intensa, mas extremamente poderosa na formação de mulheres mais conscientes, resilientes e emocionalmente preparadas para liderar, acolher e transformar os espaços onde atuam.



MARIA EUGÊNIA CARDOSO DE CASTRO – MÉDICA DERMATOLOGISTA - RIACHO DE SANTANA

A maternidade é a realização de um sonho para mim. Quando nos tornamos mães, passamos a entender um amor transformador, que muda nossa forma de enxergar a vida. Cuidamos, educamos e criamos eles para o mundo. Ser mãe, me tornou uma pessoa mais forte, paciente, empática e amorosa. Procuo ser uma pessoa melhor todos os dias, porque esse é o maior exemplo que meu filho pode ter.

Também aprendi que a famosa culpa materna é real. Muitas vezes nos responsabilizamos por tudo e nos dividimos entre a rotina intensa dos filhos, da casa, do trabalho e a tentativa de permanecer inteiras. Ainda hoje, na maioria das famílias, a mulher segue assumindo grande parte dessas responsabilidades, o que revela uma sobrecarga que tantas mães enfrentam diariamente.

Foi nesse processo que compreendi algo que levo também para a Dermatologia: nós, mulheres, precisamos nos lembrar de cuidar de nós mesmas. A pele fala sobre nossos hábitos, nosso cansaço, nossas emoções e o tempo que dedicamos – ou deixamos de dedicar – a nós.

Entre tantas demandas, o autocuidado não deve ser visto como luxo, mas como necessidade. Cuidar da pele é também uma forma de se olhar com carinho, respeito e atenção.

Acima de tudo, a maternidade me ensinou que ser mãe é se reinventar diariamente. Por trás de cada mãe existe

MATERNIDADE – REPORTAGEM ESPECIAL

uma mulher que encontra forças para se refazer todos os dias – e talvez esse seja o maior aprendizado dessa jornada.

A verdade é que a vida vira de ponta-cabeça no início. Não são todas as mães de primeira viagem que conseguem manter a rotina de autocuidado, especialmente nos primeiros meses. Abdicamos de um salão de beleza, de assistir ao seriado favorito, de tomar um café com as amigas.

Com o tempo, vamos conquistando um novo equilíbrio. Voltar a usar um batom ou um brinco passa a representar um resgate de si mesma. E foi justamente esse aprendizado que também levei para a Dermatologia: entender que o autocuidado precisa ser realista e possível dentro da rotina de cada mulher.

A maternidade me tornou mais sensível, empática e consciente das imperfeições e desafios que fazem parte da vida real. Isso transformou também meu olhar como Dermatologista. Hoje, compreendo ainda mais que cuidar da pele vai além da estética – é também acolher histórias, respeitar fases e ajudar cada paciente a se reconectar consigo mesma.



**PATRICIA CORREIA RIBEIRO (PATRÍCIA DO RANCHO) – PECUARISTA/VEREADORA
– PALMAS DE MONTE ALTO**

Me tornar mãe foi a experiência mais profunda e transformadora da minha vida. A maternidade me ensinou que existe uma força dentro da mulher que muitas vezes ela mesma desconhece. Aprendi sobre amor verdadeiro, entrega, paciência e cuidado. Com meus filhos, passei a enxergar a vida de forma mais sensível e mais intensa, valorizando os pequenos momentos, os abraços sinceros e até os desafios do dia a dia. Ser mãe mudou meu coração, minha forma de pensar e me fez entender que amar alguém acima de si mesma é o sentimento mais forte que existe.

Depois da maternidade, muitas coisas mudaram em mim emocionalmente e na forma de viver. Me tornei uma mulher mais forte, mais madura e mais resiliente. Aprendi a enfrentar dificuldades com mais coragem e a encontrar equilíbrio mesmo nos dias mais difíceis. A maternidade também me ensinou sobre responsabilidade, renúncia e sobre a importância de estar presente. Cada fase vivida ao lado dos meus filhos trouxe aprendizados únicos e me fez crescer como mulher e ser humano. Hoje, carrego comigo a certeza de que a maternidade não apenas gera filhos, ela também transforma mulheres todos os dias.

crédito: eva darron | unsplash

QUEM NÃO QUER VIAJAR PAGANDO BARATO?

Passagens Imperdíveis:
promoções de passagens aéreas
nacionais e internacionais

Baixe nosso aplicativo grátis: **Passagens Imperdíveis** 



Andréa Ladislau

- Doutora em Psicanálise. Psicóloga. Palestrante. Colunista. Membro da Academia Fluminense de Letras. Gestora em saúde. Repres. Intern. (USA) da University Miesperanza.

Instagram: @dra.andrealadislau

MATERNIDADE ATÍPICA: CUIDADOS E ACOLHIMENTO

A maternidade atípica é bastante complexa. O cuidado com as crianças é fundamental e necessário. Porém, quem cuida e acolhe as mães atípicas? Mães atípicas são aquelas que criam seus filhos com necessidades especiais, sejam elas físicas, emocionais, cognitivas ou comportamentais. Elas enfrentam desafios únicos, além da sobrecarga natural da maternidade. Mas, como elas se cuidam e qual o tempo elas dispensam para seu autocuidado, uma vez que, grande parte delas, estão sem rede de apoio e se sentem exauridas pela rotina e atividades dos filhos?

A verdade é que muitas mulheres entram no mundo da maternidade atípica de surpresa, no dia do nascimento de seus filhos. Algumas, poucas, adentram esse mundo um pouco antes, quando exames pré-natais (de imagem ou até mesmo testes genéticos) evidenciam que o bebê que está por vir apresenta algum tipo de comprometimento. Outras adentram esse mundo um pouco depois, quando seus filhos começam a manifestar sinais e sintomas de doenças genéticas durante a infância.

Mães atípicas veem suas vidas serem inundadas por incertezas, inseguranças e medos. “Por que meu filho?” e “O que esperar do futuro?” são apenas alguns exemplos dos muitos pensamentos inquietantes e angustiados que ouvimos e que se fazem estampados nos olhos dessas mulheres que, muitas vezes, abdicam de suas próprias vidas em prol da rotina de cuidados de seus filhos. São mulheres que se transmudam em força e coragem para dar aos filhos todo suporte necessário para que tenham a melhor qualidade de vida possível dentro de suas condições. São mães que se desdobram para cuidar da casa (e muitas vezes de outros filhos) e conciliar as várias consultas médicas e terapias de estimulação. São mães que saem de casa com horas de antecedência porque tem que pegar ônibus, metrô e trem para conseguir levar as crianças às consultas. São mães que saem de casa carregadas de bolsas contendo fraldas, sondas, cateteres e mamadeiras. São mães que despendem grande esforço físico para empurrar seus filhos em cadeiras de rodas pelas ruas cheias de buracos. Nenhum desses esforços é romântico ou poético, mas exaustivo. Até porque grande parte dessas mulheres são, inclusive, mães solo. São mulheres fortes, movidas pelo amor, capazes de transformar fardo em propósito.

São mães que, muitas vezes, se tornam invisíveis aos olhos da sociedade. Mães que se dedicam tanto aos seus filhos que muitas vezes acabam esquecendo de si mesmas como mulher. Mães que frequentemente sentem-se culpadas por não conseguirem oferecer mais aos seus filhos. Mães sem apoio, angustiadas por não terem com quem compartilhar suas angústias, e desabafar o quanto se sentem exaustas. Sofrem de exaustão física e mental. A sobrecarga mental da mãe atípica é atípica mesmo. Inclusive, há pesquisas que comparam a maternidade atípica com a situação dos soldados em campos de guerra. Nessa fase, é comum muitas mães se sentirem exaustas, ansiosas e até deprimidas.

Enfim, como ajudar essas mães? Compreender suas necessidades e oferecer suporte emocional e prático sempre que possível, ajuda muito. Mostre a ela que se importa e que está disponível para ajudar. E se você é uma mãe atípica, saiba que não está sozinha. Cuidar de você é essencial para cuidar do seu filho. Tire um tempo para fazer o que te traz alegria e relaxamento. Aqui, tampouco importa quantidade, mas sim a qualidade. Então, tire um tempo de qualidade para você mesmo. Busque ajuda sempre que necessário e tente ter uma rede de apoio, seja de familiares, amigos ou profissionais de saúde, pois isso fará toda a diferença na sua jornada.

OBSERVAÇÃO: OS ARTIGOS PUBLICADOS NÃO TRADUZEM A OPINIÃO DO JORNAL DO SUDOESTE. SUA PUBLICAÇÃO TEM COMO OBJETIVO ESTIMULAR O DEBATE DE IDEIAS NO ÂMBITO POLÍTICO, CULTURAL, CIENTÍFICO E SOCIAL.



CONSULTORIA E ASSESSORIA MUNICIPAL

Ação e Organização a serviço da Administração Pública

End.: Av. Jesiel Norberto, 367 - Candeias

Tel.: (77) 3424-6429

Vitória da Conquista - BA

MATERNIDADE ATÍPICA – REPORTAGEM ESPECIAL

Entre o amor e o cansaço: mães atípicas relatam desafios e ausência de suporte

DA REDAÇÃO

Redacao@jornaldosudoeste.com



Ser mãe é, por si só, uma missão desafiadora. Mas para as chamadas mães atípicas – aquelas que dedicam cuidados a filhos Neurodivergentes, com Necessidades Especiais ou condições de Saúde que exigem atenção constante – a rotina ganha contornos ainda mais complexos. A sobrecarga, a escassez de apoio e as barreiras para conciliar carreira e maternidade tornam essa jornada marcada por obstáculos que vão muito além do cotidiano comum.

Muitas dessas mulheres relatam que o dia a dia não se resume às tarefas tradicionais da maternidade. Ele envolve consultas médicas frequentes, Terapias, acompanhamento escolar e vigilância constante. Em síntese, é como se acumulassem dois empregos em tempo integral: o de mãe e o de cuidadora.

Outro desafio recorrente é a ausência de informação clara e acessível. Muitas mães recebem o diagnóstico dos filhos sem a devida orientação sobre tratamentos, direitos garantidos por Lei e políticas públicas disponíveis. Diante de termos técnicos e da falta de suporte adequado, acabam se sentindo perdidas, sem saber por onde começar ou quais caminhos seguir para conduzir tanto o tratamento quanto a convivência diária.

Conciliar a vida profissional com os cuidados permanentes exigidos pela maternidade atípica é uma realidade difícil. Muitas mulheres deixam o mercado de trabalho, enquanto outras enfrentam preconceito, falta de compreensão por parte de empregadores e ausência de políticas de acolhimento. Em diversos casos, são obrigadas a reduzir a carga horária – o que implica diretamente na diminuição da remuneração – ou até mesmo abandonar a carreira, afetando de forma significativa a renda e a estabilidade financeira da família.

Pesquisas apontam que mães de crianças com deficiência têm maior probabilidade de abandonar a carreira e sofrem mais com problemas de Saúde Mental, como Ansiedade e Depressão. A ausência de políticas públicas eficazes agrava ainda mais o cenário.

Especialistas defendem a criação de redes de apoio, maior flexibilidade no mercado de trabalho e campanhas de conscientização. Além disso, políticas de inclusão escolar e acesso facilitado a terapias podem aliviar parte da carga que recai sobre essas mulheres.

Vozes que precisam ser ouvidas

A luta das mães atípicas não é apenas individual: é social. Dar visibilidade às suas histórias é essencial para que o poder público e a sociedade compreendam que cuidar de uma criança Neurodivergente ou com Necessidades Especiais não deve significar abrir mão de sonhos, carreira e Saúde.

Para dar voz a essas mulheres, o JS ouviu relatos de nove mães atípicas que compartilharam os maiores desafios enfrentados para conciliar os cuidados com os filhos e a vida profissional. Elas falaram sobre os impactos em sua Saúde Emocional e Física, além da falta de apoio – seja do Estado, da sociedade ou das empresas – e apontaram o que ainda precisa mudar para que sua realidade seja transformada.

Confira:

Luana Brito Dias (@mae_atipica_luanabritodias_), Calculeense, Mãe do Enzo, 7 anos

JS: Quais são os maiores desafios que a senhora enfrenta ao conciliar os cuidados com seu filho e sua vida profissional, e de que forma isso impacta sua Saúde Emocional e Física?

Os maiores desafios que enfrento ao conciliar os cuidados com meu filho e a vida profissional é justamente não conseguir exercer minha profissão desde a descoberta do Autismo dele. A demanda de cuidados, Terapias, acompanhamento e a luta diária pela garantia dos seus direitos exigem dedicação integral da minha parte.

Isso impacta diretamente minha Saúde Mental e Física, porque vivo constantemente preocupada com o desenvolvimento e o futuro dele. A sobrecarga é grande, causando desgaste emocional, cansaço constante, ansiedade e dificuldade de cuidar de mim mesma, já que praticamente toda minha rotina gira em torno das necessidades do meu filho.

Eu não sinto que exista apoio suficiente por parte do Estado, da sociedade e das empresas para lidar com as demandas da maternidade atípica.



pica. Desde a descoberta do autismo do meu filho, precisei abrir mão da minha vida profissional para dedicar integralmente aos seus cuidados e à luta pelos seus direitos.

JS: A senhora sente que existe apoio suficiente - seja do Estado, da sociedade ou das empresas - para lidar com as demandas da maternidade atípica? O que falta para que sua realidade seja menos invisível?

Infelizmente, enfrento muitas dificuldades para conseguir tratamento adequado, acesso contínuo às Terapias e carga horária prescrita pelo Neuropediatra e profissionais capacitados. Hoje, inclusive, luto judicialmente para garantir os direitos do meu filho, isso gera ainda mais desgaste emocional, físico e financeiro. Diagnóstico não é sentença, sei que se meu filho tiver acesso as Terapias ele pode evoluir muito e ser o que ele quiser. Também é muito difícil quando laudos e necessidades da criança acabam sendo negligenciados ou invalidados.

O que falta para que minha realidade seja menos invisível é mais empatia, inclusão e políticas públicas realmente eficazes, além de maior compreensão da sociedade sobre a sobrecarga que uma mãe atípica enfrenta diariamente.

Fátima dos Santos Souza Magalhães (@fatimassmagalhaes) - Macaúbense, Mãe de Duda, 12 anos



JS: Quais são os maiores desafios que a senhora enfrenta ao conciliar os cuidados com seu filho e sua vida profissional, e de que forma isso impacta sua Saúde Emocional e Física?

Muitas mães Atípicas não conseguem conciliar o cuidado com o filho e vida profissional e acabam deixando a profissão de lado. Eu voltei ao mercado de trabalho recentemente. E o meu maior desafio é conciliar a carga horária do trabalho de CLT com os horários das Terapias da minha filha, eu não tenho rede de apoio, somos só eu e o meu marido, isso impacta muito minha Saúde Emocional e Física. As mães Atípicas vivem sobrecarregadas, o cuidado com os filhos e a necessidade de permanecer no trabalho afeta sim a saúde das mães de várias formas. Mas o trabalho além de essencial para o nosso financeiro para custear as terapias, ajuda na saúde emocional, sendo que muitas vezes o trabalho é a única válvula de escape das mães. Por isso é muito importante políticas públicas para mães atípicas, para

ampara-las na Saúde Física, Mental e Financeira.

JS: A senhora sente que existe apoio suficiente - seja do Estado, da sociedade ou das empresas - para lidar com as demandas da maternidade atípica? O que falta para que sua realidade seja menos invisível?

Não temos apoio nenhum, há uma Lei de Redução de Carga Horária, mas nem sempre é respeitada, principalmente no setor privado. Falta informação, conscientização e Leis que dê suporte e amparo as mães atípicas. Volto a falar que precisamos de políticas públicas para essas mães que são impedidas de trabalhar para cuidar dos filhos, não conseguem empreender e contribuir com Setor Previdenciário, estão desamparadas em todos os sentidos.

Poliana Costa, Guanambiesse (@poliana_sonoinfantil) - Mãe do Caleb, 16 anos, e do Pedro Emmanuel, 6 anos, Diagnosticado com TEA



JS: Quais são os maiores desafios que a senhora enfrenta ao conciliar os cuidados com seu filho e sua vida profissional, e de que forma isso impacta sua Saúde Emocional e Física?

O maior desafio é que a maternidade atípica não pausa. Não existe “horário de trabalho” e “horário de descanso”. Mesmo trabalhando, minha mente continua em alerta o tempo inteiro: pensando no sono, nas crises, na alimentação, na rotina, no desenvolvimento e em tudo que pode desregular meu filho. Isso gera um cansaço físico e emocional muito grande.

Muitas vezes precisei abrir mão de mim, da minha saúde, do meu descanso e até de oportunidades profissionais para conseguir atender às necessidades do meu filho. Existe também uma sobrecarga invisível, porque as pessoas enxergam apenas a mãe “forte”, mas não veem a exaustão, a culpa, o medo constante e o quanto isso afeta emocionalmente.

A sociedade romantiza muito a maternidade atípica, como se fosse apenas amor e superação. Mas a realidade também é feita de noites mal dormidas, solidão, sobrecarga mental, desgaste no casamento, dificuldades financeiras e falta de apoio. Amar um filho não anula o peso que é carregar praticamente tudo sozinha.

Além de ajudar outras famílias através do meu trabalho, eu também precisei encontrar uma forma de sobreviver dentro da minha realidade. A maternidade atípica muda completamente a rotina de uma mulher, e muitas vezes o trabalho tradicional não consegue acompanhar as de-

mandas que temos com nossos filhos.

Então hoje eu tento construir meu nome profissionalmente atendendo nos horários que eu consigo, conciliando com a rotina do meu filho e com tudo o que ele precisa de mim. Não é uma questão de “empreender por sonho”, mas de necessidade também. Precisei adaptar minha vida profissional à realidade da maternidade atípica para conseguir gerar renda sem deixar de cuidar dele.

É uma caminhada cansativa, porque enquanto estou trabalhando continuo sendo mãe em tempo integral. Mas foi a forma que encontrei de continuar ativa profissionalmente sem abandonar as necessidades do meu filho.

JS: A senhora sente que existe apoio suficiente - seja do Estado, da sociedade ou das empresas - para lidar com as demandas da maternidade atípica? O que falta para que sua realidade seja menos invisível?

Não. O apoio ainda está muito longe do necessário. Existe muito discurso e pouca prática. As mães atípicas vivem cansadas de lutar por direitos básicos: acesso a Terapias, inclusão verdadeira, profissionais preparados, acolhimento e respeito.

Falta suporte emocional para as mães, falta rede de apoio, falta escuta e falta compreensão social. Muitas vezes a mãe atípica é julgada antes de ser acolhida. Quando uma criança faz algo diferente em público, as pessoas ainda olham com preconceito para a mãe, como se ela fosse incapaz ou exagerada.

Também falta apoio das empresas. Muitas mães precisam abandonar suas carreiras porque o mercado de trabalho não entende as demandas da maternidade atípica. A rotina de Terapias, consultas e imprevistos torna quase impossível manter um trabalho tradicional sem flexibilidade.

O que tornaria nossa realidade menos invisível seria parar de enxergar apenas a criança e começar a enxergar também a mãe. Porque por trás de toda criança atípica existe quase sempre uma mulher exausta tentando sobreviver enquanto cuida de tudo.

Não existe viver “um dia após o outro” na maternidade atípica. A gente vive em estado constante de alerta, porque não pode baixar a guarda. Estamos sempre observando sinais, antecipando crises, cuidando da rotina, do sono, da alimentação, das Terapias e de tudo que pode impactar nossos filhos.

É uma intensidade que cansa física e emocionalmente, porque até nos momentos de descanso a mente continua funcionando. Muitas pessoas não enxergam isso, mas a maternidade atípica exige vigilância constante, planejamento o tempo todo e uma força emocional diária para continuar sustentando a rotina da família.

O meu maior suporte é Jesus, Ele é que tem sido minha força e consolo. Como diz na carta de Paulo, “Quando estou fraco é que sou forte” tenho aprendido na dor a resistir e perfumar como diz Angel Fernandes.

Também sou grata ao meu esposo Fabiano, meu filho mais velho, Caleb pelo suporte e a minha mãe que sempre estende sua mão todas as vezes que preciso. Sou abençoada mesmo sem merecer.

**Rafaela Caetano (@raffa.caetano) –
Malhada Pedrense, Mãe do Augusto,
7 anos e do Samuel, 4 anos**



JS: Quais são os maiores desafios que a senhora enfrenta ao conciliar os cuidados com seu filho e sua vida profissional, e de que forma isso impacta sua saúde emocional e física?

Conciliar a maternidade atípica com a vida profissional é um desafio diário. Em casa, preciso manter uma rotina estruturada para dar previsibilidade aos meus filhos, além de acompanhar uma agenda intensa de Terapias. Algumas pelo município, outras pagas, o que impacta na nossa renda familiar.

Hoje tenho o direito, garantido em Lei Municipal, visto que sou servidora pública, de redução da minha carga horária de trabalho para acompanhá-los. Em alguns dias acaba gerando uma sobrecarga, pois preciso dar conta de tudo em menos tempo. Às vezes tenho a sensação de que eu estou limitada a oferecer o que eu realmente poderia render dentro do meu ambiente de trabalho.

Já em casa, a dedicação é constante, desde ajudar meu filho mais velho nas atividades escolares, à atenção contínua ao meu filho mais novo, por não ter noção de perigo. Os dois são autistas. Cada um com nível de suporte diferente (Augusto, 7 anos, TEA nível 1 e Samuel, 4 anos, TEA nível 2). Até as brincadeiras são pensadas para estimular a autonomia deles. No meio disso tudo, ainda existem as demandas da casa. E sempre com a sensação de não conseguir dar conta de tudo como gostaria.

É uma rotina cansativa e intensa, que impacta tanto o meu emocional quanto o físico. Nem sempre tenho tempo para alguns lazeres que famílias típicas costumam ter, temos limitações porque os meninos não se sentem bem em qualquer ambiente, não tenho muito tempo para cuidar de mim como eu gostaria. Em detrimento das demandas dos meus filhos, algumas coisas relacionadas a mim, ficam em segundo plano. Eu não romantizo essa realidade e também não me vejo como uma “guerreira”, como muitos intituam por aí. Sou apenas uma mãe fazendo o que está ao meu alcance pelos meus filhos, todos os dias. Conto com a parceria do meu esposo na criação dos meninos e com o auxílio da minha mãe que sempre me ajuda. Isso faz muita diferença.

JS: A senhora sente que existe apoio suficiente - seja do Estado, da sociedade ou das empresas - para lidar com as demandas da maternidade atípica? O que falta para que sua realidade seja menos invisível?

Hoje se fala muito em inclusão, mas, na prática, ela ainda é muito limitada. Existem ações e projetos, mas muitos são superficiais e não atendem de verdade às necessidades da maioria das famílias.

A comunidade autista, inclusive, vive um momento de preocupação com propostas como a PL 6238/2025, que pode representar retrocessos em direitos já conquistados.

A realidade é que criar uma criança dentro do Espectro é caro, exige muito emocionalmente e ainda tem pouco apoio. Para ter acesso a benefícios, muitas vezes é preciso estar em uma situação extrema. O mercado de trabalho, de forma geral, não acompanha a realidade de famílias atípicas. Nenhum patrão vai entender que você vai precisar sair do trabalho para atender seu filho em crise, normalmente ninguém vai querer liberar um funcionário para levar o filho a Terapia no meio do expediente. Isso faz com que cada vez mais mães deixem seus empregos ou fiquem impedidas de conseguir um, em detrimento do cuidado com seu filho.

O que falta não é só visibilidade. Falta apoio real, políticas eficazes e mais empatia. Falta sair do papel. Existem projetos e falas bonitas, mas pouca efetividade. A inclusão precisa deixar de ser marketing e se tornar prática constante. É a “intenção” passar a ser “ação”, para que no nosso dia-a-dia, a gente sinta a real diferença. Hoje, infelizmente, somente quem tem uma condição financeira boa, consegue oferecer mais para os filhos nessa situação.

**Jucélia Aguiar da Silva Caetano,
Malhada- Pedrense, Mãe da
Maria Júlia, 9 anos**



JS: Quais são os maiores desafios que a senhora enfrenta ao conciliar os cuidados com seu filho e sua vida profissional, e de que forma isso impacta sua saúde emocional e física?

Os meus maiores desafios na maternidade atípica são conciliar o cuidado integral da minha filha de nove anos, que não anda, não fala, dependendo de mim para tudo, na construção da minha estabilidade física e emocional. Vida profissional eu não tenho, pois tive que deixar quan-

do ela nasceu e não conseguir retornar devido à grande demanda que ela me exigia.

A sobrecarga diária é intensa, pelo peso dela que precisa de mim para todos dos cuidados e principalmente pela privação do sono, é uma necessidade de atenção constante e falta de rede de apoio, ficando os cuidados somente comigo e meu esposo. Isso impacta diariamente o meu descanso, sinto falta de energia, e uma exaustão mental muito grande, afetando completamente minha Saúde Psicológica. Ainda lidando com o sentimento de culpa por não conseguir dar atenção devida a minha outra filha mais nova, que por conta disso tem amadurecido muito rápido. E o modo constante de acontecer algo comigo e ela ficar sem meus cuidados.

Minhas dores são frequentes tanto na lombar quanto no joelho devido ao peso, sendo eu de baixa estatura e ela uma criança bem desenvolvida.

Mesmo ela sendo uma criança completamente feliz e cativante, não deixa de causar uma grande tristeza e um sentimento de abandono e uma grande invisibilidade. É como se eu tivesse em um campo de batalha que não pode se desligar por um instante, mesmo assim ainda me sinto inútil e culpada por não conseguir fazer por ela tudo que queria, principalmente pela situação financeira que não nos permite oferecer Terapias de qualidade e nem um suporte em casa para nos ajudar. Tendo que realizar todas as atividades domésticas, levar em Terapia, Escola e consultas.

Mas sigo firme e forte buscando o equilíbrio a cada dia, pois sei que Deus tem o melhor para nós.

JS: A senhora sente que existe apoio suficiente - seja do Estado, da sociedade ou das empresas - para lidar com as demandas da maternidade atípica? O que falta para que sua realidade seja menos invisível?

Maria Júlia tem 09 anos, além do Autismo, tem Epilepsia e uma má formação no Cérebro que a impede de andar e falar. E até hoje, ao longo desses anos eu nunca pude dizer que encontrei apoio suficiente do Estado. Embora ela tenha obtido alguns benefícios, como BPC/Loas, acesso a Terapias no município e suporte como cadeira de rodas doada pelo Sistema de Saúde e medicações. Mesmo assim não é o suficiente devido à grande demanda que as crianças atípicas exigem. O benefício nunca é suficiente para a demanda do tratamento, pois ainda tenho que comprar algumas medicações, consultas, ajudar nas necessidades da casa, e as Terapias nunca fornecem instrumentos suficientes para ajudar no desenvolvimento dela.

Devido a esse benefício também não temos direito ao Bolsa Família, e meu marido não pode ter um salário, pois se isso acontece o benefício será cortado. Então posso dizer que a qualidade de vida que o Estado oferece não é das melhores. Passamos por realidades invisíveis, que poderia sim ser mais vista e levado a sério. Vivo brigando por diretos que muitas vezes são negados ou dificultados. Deveria ter um suporte maior tanto para as crianças como para as mães que muitas vezes não podem nem sair de casa para conseguir uma qualidade de vida melhor.

Principalmente apoio financeiro e psicológico.

**Gracieli Oliveira Silva Brito
Gal Brito (@galbrito56) –
Itambeense, Mãe do Felipe e da
Fernanda (Diagnosticados com TEA), e
do Enzo Gabriel**



JS: Quais são os maiores desafios que a senhora enfrenta ao conciliar os cuidados com seu filho e sua vida profissional, e de que forma isso impacta sua Saúde Emocional e Física?

Sou mãe de Felipe Brito, uma criança típica, e de Fernanda Brito, uma criança atípica. Hoje também mora em minha casa outra criança, Enzo Gabriel, que não nasceu de mim, mas me chama de mãe. Assim, meu coração abriga três filhos.

É um prazer poder falar sobre essa experiência única que é a maternidade. Ser mãe já representa uma grande responsabilidade. É assumir uma das tarefas mais difíceis e importantes da sociedade. Ser mãe atípica exige ainda mais força, dedicação e resistência emocional. E ser mãe de “criação” carrega um significado muito profundo, porque coloca o cuidado e o amor acima da biologia. Ao me tornar mãe, aprendi principalmente sobre responsabilidade, paciência e amor incondicional. A maternidade me ensinou a olhar a vida de uma forma diferente, valorizando os pequenos momentos e entendendo que nem sempre conseguimos controlar tudo. Também aprendi a ser mais forte e resiliente diante das dificuldades do dia a dia.

Emocionalmente, me tornei uma pessoa mais sensível e empática. Passei a me preocupar ainda mais com o futuro e com o bem-estar da minha família. Além disso, amadureci muito, porque a maternidade exige equilíbrio emocional e dedicação constante. Descobri também uma capacidade ainda maior de amar, cuidar e proteger.

Minha rotina precisou ser reorganizada completamente. Aprendi a administrar melhor o tempo, a planejar as atividades e a lidar com várias tarefas ao mesmo tempo.

Como pessoa, a maternidade me transformou em alguém mais madura, responsável e consciente. Foi um aprendizado diário, cheio de desafios, mas também repleto de alegrias e cresci-

mento pessoal.

Aos 45 anos, olho para minha trajetória com orgulho e gratidão. Sou mãe de três lindas crianças, que são minha maior motivação para seguir em frente todos os dias. Trabalho no setor público, sou presidente de uma Associação de Famílias Atípicas, sou estudante, faço um Curso Técnico e também uma Graduação. A rotina nem sempre é fácil, mas cada desafio vencido fortalece ainda mais minha fé e minha determinação.

Aprendi que nunca é tarde para crescer, conquistar novos sonhos e buscar conhecimento. Entre responsabilidades, estudos e cuidados com minha família, sigo construindo minha história com coragem, dedicação e esperança.

Hoje, mais do que nunca, entendo que vencer não significa ter uma vida perfeita, mas continuar caminhando mesmo diante das dificuldades, sem perder a alegria e a gratidão pelas conquistas ao longo do caminho.

E assim a vida segue: vencendo, aprendendo, sendo feliz e agradecida por cada passo da caminhada.

**Nayane Virgínia Carvalho Almeida –
caculeense, mãe de Breno Eduardo, de
18 anos; Iuri Gustavo, de 14 anos; e
Maria Lílian, de 6 anos**



JS: Quais são os maiores desafios que a senhora enfrenta ao conciliar os cuidados com seu filho e sua vida profissional, e de que forma isso impacta sua saúde emocional e física?

Sou mãe de três filhos: um jovem de 18 anos, um adolescente de 14 anos com diagnóstico de TDAH (Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade) e uma criança de 6 anos com diagnóstico de TEA (Transtorno do Espectro Autista).

O maior desafio da maternidade atípica é conseguir conciliar o tempo e a dedicação que nossos filhos necessitam, principalmente aqueles que demandam acompanhamento constante, com a necessidade de continuar trabalhando para garantir o sustento da família e o tratamento adequado deles.

Meu filho com TDAH exige acompanhamento diário. Preciso manter contato constante com os profissionais da Educação para acompanhar atividades, provas e trabalhos escolares, pois organização e lembrança de compromissos são dificuldades significativas para ele. Também preciso

estar frequentemente presente na Escola para orientá-lo quanto à permanência em sala de aula, sentar-se na frente e manter o foco nas atividades. Além disso, existe toda a rotina relacionada à medicação e aos acompanhamentos semanais com Psicólogo e Psicopedagoga, dos quais participo sempre que necessário.

Minha filha com TEA também possui uma rotina intensa de Terapias e acompanhamentos. Quando ela apresenta desregulação emocional, minha presença na Escola se torna indispensável.

Conciliar toda essa demanda com a minha profissão é extremamente difícil. Sou Advogada e trabalho diretamente com atendimento ao público, diligências Cartorárias e audiências, atividades que exigem cumprimento rigoroso de horários. Muitas vezes precisamos cancelar compromissos ou reorganizar toda a rotina por conta das necessidades dos filhos, e infelizmente a sociedade ainda interpreta isso como irresponsabilidade ou falta de comprometimento.

Encontrar tempo para o autocuidado é quase impossível. As mães atípicas vivem constantemente colocando as necessidades dos filhos em primeiro lugar, enquanto carregam a pressão emocional de precisar trabalhar para custear tratamentos, Terapias e medicamentos, sem deixar de estar presentes na vida e nos cuidados diários dos filhos.

Nosso emocional vive no limite entre duas cobranças permanentes: “preciso trabalhar para conseguir pagar tudo o que eles necessitam” e, ao mesmo tempo, “preciso estar presente para cuidar, acompanhar Terapias, consultas e exercer integralmente a maternidade”.

JS: A senhora sente que existe apoio suficiente – seja do Estado, da sociedade ou das empresas – para lidar com as demandas da maternidade atípica? O que falta para que sua realidade seja menos invisível?

Infelizmente, o apoio às mães atípicas ainda está muito longe do necessário.

A falta de apoio começa, muitas vezes, dentro da própria estrutura familiar. Grande parte das mães atípicas são divorciadas ou solteiras e acabam assumindo praticamente sozinhas toda a responsabilidade pelos cuidados dos filhos.

A sociedade ainda não está preparada para compreender a rotina e as necessidades das mães atípicas. Lidamos diariamente com preconceito, julgamentos e falta de empatia.

No mercado de trabalho, muitas empresas privadas evitam contratar mães atípicas justamente por conhecerem a alta demanda relacionada aos tratamentos e acompanhamentos dos filhos.

Entretanto, considero que a principal ausência é a do Estado, especialmente na área da Saúde Pública.

Atuo como Assessora Jurídica da Secretaria Municipal de Assistência Social e semanalmente atendo inúmeras mães em situação de sofrimento, aguardando há mais de um ano por uma consulta com Neurologista para filhos com suspeita de TEA ou outros Transtornos. Quando finalmente conseguem atendimento, muitas vezes é solicitado um Rastreamento Neuropsicológico que custa mais de três mil reais, valor inacessível para a maioria das famílias e que não é custeado pelo Sistema Público de Saúde.

Mesmo após conseguirem o diagnóstico fechado, inicia-se outra luta: o acesso ao tratamento adequado. Em nossa cidade, as Terapias ofer-

tadas pelo Núcleo Especializado somente são disponibilizadas para crianças que já possuem laudo definitivo, fazendo com que muitas crianças permaneçam sem atendimento justamente durante a primeira infância – período fundamental para o desenvolvimento.

Enquanto aguardam atendimento, as mães deixam de trabalhar para cuidar dos filhos, sem orientação adequada, sem suporte emocional e sem rede de apoio.

As Escolas também enfrentam dificuldades pela falta de profissionais capacitados para lidar com crianças Neurodivergentes. Além disso, a sociedade ainda possui uma visão extremamente limitada e equivocada sobre o TEA, acreditando que todas as crianças Autistas são iguais.

O que falta são políticas públicas efetivas. Faltam Leis que incentivem e garantam a inclusão das mães atípicas no mercado de trabalho. Falta acesso rápido e digno ao diagnóstico e ao tratamento adequado das crianças. Falta suporte emocional às mães. Falta capacitação contínua para profissionais da Educação e da Saúde. Faltam campanhas de conscientização para combater o preconceito e ampliar a compreensão da sociedade. E também faltam campanhas de divulgação dos direitos das pessoas com TEA e de suas famílias.

Enquanto essas mães continuarem invisíveis, continuarão também sobrecarregadas, adoecidas e lutando sozinhas por direitos básicos que deveriam ser garantidos pelo poder público e respeitados pela sociedade.

Elianar Guimarães dos Santos – brumadense, mãe da Cecília, de 10 anos (@souelianarguimaraes)



JS: Quais são os maiores desafios que a senhora enfrenta ao conciliar os cuidados com seu filho e sua vida profissional, e de que forma isso impacta sua saúde emocional e física?

A maternidade atípica exige uma dedicação contínua, intensa e, muitas vezes, solitária. Sou mãe de Cecília, de 10 anos, diagnosticada com Transtorno do Espectro Autista (TEA) aos dois anos e meio de idade. Desde então, minha vida passou a ser marcada por uma rotina de cuidados permanentes, acompanhamentos terapêuticos (fora da cidade, pois não existiam especialistas em Brumado), adaptações em casa, muita estimulação e vigilância constante às necessidades emocionais, comportamentais e sociais da minha filha.

Conciliar essa realidade com as demandas profissionais e pessoais é um desafio diário. Sou idealizadora do Projeto RAFA.B (Rede de Apoio às Famílias de Autistas de Brumado), que promove encontros, momentos de formação para as mães e ações de lazer para os Autistas. Atualmente, atuo na Secretaria Municipal de Educação de Brumado como Coordenadora da Educação Inclusiva, função que exige de mim sensibilidade, responsabilidade e dedicação constantes.

Vivenciar a maternidade atípica enquanto trabalho diretamente com a inclusão educacional faz com que eu compreenda, de forma ainda mais profunda, as dificuldades enfrentadas pelas famílias de crianças com deficiência. Não nego que muitas vezes, me vejo dividida entre o compromisso profissional de lutar por uma Educação mais acessível e humanizada e a necessidade de estar apenas integralmente presente na vida e no desenvolvimento da minha filha ou (e digo sem medo dos julgamentos), também já quis não ter nenhuma dessas preocupações, ser apenas uma mulher comum, que se arruma quando quer, sai para passear sem horas prévias de preparação, sem hora para voltar (o que é impossível sem rede de apoio), viaja sem preocupações, o que é impossível ser quando se é mãe solo e atípica.

Toda essa sobrecarga impacta profundamente minha Saúde Física e Emocional. Recentemente, inclusive, volta e meia preciso de internação hospitalar em decorrência do esgotamento extremo causado pelo excesso de responsabilidades e pela ausência de uma rede de apoio efetiva. Existe um cansaço invisível que acompanha muitas mães atípicas: o de precisar ser forte o tempo inteiro, mesmo quando já não se tem forças.

Quando uma criança recebe diagnóstico de Autismo Nível de Suporte 1, muitas pessoas interpretam isso de forma equivocada, como se significasse “Autismo Leve” ou ausência de sofrimento. Mas a realidade costuma ser muito mais complexa. O Nível 1 apenas indica que a pessoa necessita de menos suporte comparado a outros níveis dentro do Espectro – não significa ausência de desafios, dores ou limitações.

Mães de crianças Autistas Nível 1 frequentemente enfrentam um tipo de invisibilidade muito dolorosa. Como a deficiência nem sempre é percebida imediatamente, surgem julgamentos constantes: “Ela parece normal”, “mas ela fala”, “não tem nada”, “é só falta de limite”, “é birra”, “é frescura”. Essas falas machucam porque ignoram todo o esforço diário por trás de cada pequena conquista.

A maternidade atípica no Autismo Nível 1 costuma ser marcada por exaustão emocional silenciosa. Muitas mães vivem em alerta permanente tentando prevenir crises, regular emoções, adaptar ambientes, lidar com seletividade alimentar, dificuldades sensoriais, ansiedade, rigidez, sobrecarga social, dificuldades escolares e desgaste emocional intenso – tudo isso enquanto o mundo minimiza o que a criança vive.

Existe também uma cobrança injusta sobre a mãe. Como a criança consegue mascarar parte das dificuldades em alguns ambientes, muitas pessoas duvidam do diagnóstico ou responsabilizam a criação pelos comportamentos. A mãe passa a viver entre a necessidade de defender o

filho e a necessidade de provar o tempo todo que o sofrimento existe.

Outro ponto difícil é o impacto emocional invisível nas crianças Nível 1. Muitas conseguem perceber que são diferentes, têm dificuldade para se encaixar socialmente e acabam acumulando frustrações, ansiedade, baixa autoestima e sensação de inadequação. Algumas passam o dia inteiro tentando se adaptar ao ambiente e chegam em casa completamente esgotadas emocionalmente.

Para a mãe, isso significa uma vigilância constante: acompanhar dificuldades escolares; intervir em relações sociais; lidar com crises emocionais; enfrentar preconceitos sutis; buscar Terapias; adaptar rotinas; acolher o sofrimento invisível da filha; e ainda ouvir que “nem parece Autista”.

Essa invalidação dói porque transforma a maternidade em um espaço de luta contínua por compreensão. O sofrimento não deixa de existir só porque ele não é visível para todos. Muitas vezes, justamente por ser menos aparente, ele é ainda mais solitário.

Essa é minha maternidade e ela enfrenta desafios reais, mesmo que algumas pessoas tentem diminuí-los. O Autismo Nível 1 pode trazer autonomia em algumas áreas, mas isso não elimina o desgaste emocional, as dificuldades sociais, sensoriais e psicológicas vividas pela criança e pela família.

A sociedade ainda romantiza muito a figura da mãe guerreira, mas pouco fala sobre o adoecimento emocional, as renúncias, a solidão e o desgaste físico enfrentados diariamente por quem vive essa realidade.

JS: A senhora sente que existe apoio suficiente – seja do Estado, da sociedade ou das empresas – para lidar com as demandas da maternidade atípica? O que falta para que sua realidade seja menos invisível?

Infelizmente, ainda não existe apoio suficiente. Apesar dos avanços nas discussões sobre inclusão e direitos das pessoas com deficiência, as mães atípicas continuam vivendo uma realidade marcada pela invisibilidade, pela sobrecarga e pelo abandono institucional.

Ainda não. Embora existam avanços importantes, o apoio do Estado às famílias que vivem a maternidade atípica ainda é considerado insuficiente por muitas mães, especialistas e movimentos sociais.

Hoje, o que existe no Brasil são políticas fragmentadas: alguns direitos ligados à pessoa com deficiência, benefícios sociais, acesso ao SUS, prioridade em atendimentos e Projetos de Lei em andamento. Porém, a maior parte da sobrecarga continua recaindo quase totalmente sobre as mães. Muitas acabam deixando o trabalho, enfrentando desgaste Psicológico intenso e dificuldades financeiras sem uma rede pública realmente estruturada.

Nos últimos anos, vários Projetos começaram a reconhecer oficialmente a maternidade atípica como uma questão social e de Saúde Pública. Há propostas para:

- Apoio psicológico gratuito;
- Flexibilização do trabalho; Auxílio financeiro;

ro; Redes públicas de acolhimento; Programas de capacitação e emprego; Prioridade no SUS; Suporte terapêutico às cuidadoras.

Alguns Estados e municípios também começaram a criar Leis específicas para “cuidar de quem cuida”, oferecendo suporte emocional e orientação às mães atípicas.

Mesmo assim, o problema principal continua (a nível nacional) sendo a distância entre a Lei e a realidade. Muitas famílias pelo Brasil a fora enfrentam:

- Demora para conseguir diagnóstico;
- Filas enormes para Terapias;
- Falta de profissionais especializados no SUS;
- Ausência de inclusão escolar adequada;
- Burocracia para acesso ao BPC e outros direitos;
- Falta de Centros Especializados em cidades menores;
- Abandono profissional das mães por falta de suporte público.

Além disso, existe uma questão invisível: o cuidado emocional da mãe quase nunca é prioridade. Grande parte das políticas públicas ainda olha apenas para a criança, enquanto a mãe permanece exausta, sobrecarregada e emocionalmente adoecida. O próprio debate legislativo recente (Projeto de Lei de 08 de março de 2026) reconhece esse “vácuo legal” na proteção das cuidadoras.

O aumento de Projetos de Lei mostra que o tema finalmente começou a ganhar visibilidade nacional. Porém, o fato de tantas propostas ainda estarem em tramitação também revela que o sistema atual ainda não consegue atender plenamente as necessidades da maternidade atípica no Brasil.

Faltam políticas públicas mais efetivas, acesso digno e rápido às Terapias para filhos e mães, Suporte Psicológico para as famílias, inclusão escolar verdadeiramente preparada e mais acolhimento social. Muitas mães precisam abandonar suas carreiras ou reduzir drasticamente sua vida profissional porque o mercado de trabalho ainda não compreende as demandas da maternidade atípica.

A maternidade atípica – vivida por mães de crianças com Deficiência, Autismo, Síndromes Raras ou outras necessidades específicas – ainda enfrenta uma grande falta de apoio dentro das empresas, sejam públicas ou privadas. Muitas mães precisam dividir seu tempo entre trabalho, Terapias, consultas médicas, crises emocionais e uma rotina extremamente cansativa, mas o mercado de trabalho raramente está preparado para compreender essa realidade.

Na prática, o que muitas encontram é cobrança excessiva, falta de flexibilidade e pouca empatia. Há empresas que enxergam as ausências para consultas ou emergências como “falta de comprometimento”, quando, na verdade, essas mães estão tentando equilibrar duas jornadas intensas ao mesmo tempo: a profissional e a do cuidado integral.

Outro problema é a ausência de políticas específicas. Poucas empresas oferecem horários flexíveis, home office adaptado, banco de horas humanizado ou apoio psicológico para famílias atípicas. Em muitos casos, a mãe acaba reduzindo sua carga horária, recusando oportunidades ou até abandonando a carreira para conseguir cuidar do filho atípico. Isso gera impacto financeiro, emocional e social.

Além disso, ainda existe muito preconceito

silencioso. Algumas mulheres deixam de crescer profissionalmente porque os gestores presumem que elas “não terão disponibilidade”. Outras escondem a realidade da maternidade atípica por medo de perder espaço no trabalho.

Falar sobre esse tema é importante porque inclusão não deve existir apenas para clientes ou campanhas publicitárias. Ela precisa começar dentro das empresas, com políticas reais de acolhimento e compreensão. Apoiar mães atípicas não é privilégio; é reconhecer uma realidade que exige humanidade, adaptação e respeito.

Empresas que oferecem suporte verdadeiro criam ambientes mais saudáveis, humanos e produtivos. Afinal, quando uma mãe é acolhida, ela consegue trabalhar com mais segurança emocional, dignidade e estabilidade para cuidar da própria família.

Outro ponto importante de se falar é sobre a maior das angústias da maternidade atípica que é pensar no futuro dos filhos com deficiência quando chegarem à fase adulta. Muitas mães vivem com uma preocupação constante: “Quem vai cuidar do meu filho quando eu morrer?” Essa pergunta acompanha silenciosamente milhares de mães atípicas todos os dias.

Durante a infância, apesar das dificuldades, ainda existem Terapias, Escolas, acompanhamento médico e alguma rede de apoio. Mas, conforme a criança cresce, muitas mães percebem uma redução significativa das políticas públicas e das oportunidades de inclusão. A vida adulta da Pessoa com Deficiência ainda é marcada por barreiras sociais, preconceito, desemprego e falta de autonomia apoiada. O medo aumenta principalmente em relação a:

- Independência financeira;
- Acesso ao trabalho;
- Moradia assistida;
- Segurança emocional;
- Continuidade dos tratamentos;
- Inclusão social;
- Risco de abandono ou violência;
- Quem assumirá os cuidados no futuro.

Muitas mães atípicas vivem décadas dedicadas integralmente aos filhos e acabam abrindo mão da própria carreira, da vida social e até da Saúde. Com o passar dos anos, surge também o medo do envelhecimento: o corpo cansa, a Saúde enfraquece e a insegurança cresce. Algumas relatam sofrimento emocional profundo ao perceber que estão envelhecendo enquanto o filho continuará dependendo de suporte constante.

Outro ponto doloroso é a falta de preparo da sociedade para acolher adultos com deficiência. Ainda existe uma visão muito infantilizada dessas pessoas. Fala-se bastante sobre inclusão na infância, mas pouco sobre vida adulta, mercado de trabalho, relacionamentos, sexualidade, independência e envelhecimento da Pessoa com Deficiência.

Além disso, muitas famílias enfrentam solidão. Frequentemente, a responsabilidade do cuidado recai quase totalmente sobre a mãe, sem divisão equilibrada entre familiares, Estado e sociedade. Isso gera sobrecarga emocional e um sentimento permanente de vigilância sobre o futuro.

Apesar disso, muitas mães também lutam diariamente para construir autonomia nos filhos, estimulando capacidades, independência e participação social. O amor vem acompanhado da tentativa constante de preparar o filho para viver com dignidade, respeito e segurança, mesmo em

uma sociedade que ainda oferece pouco suporte para essa realidade.

Discutir a vida adulta das Pessoas com Deficiência é essencial porque inclusão não pode terminar na infância. O futuro dessas famílias precisa ser pensado com mais responsabilidade, acessibilidade e políticas públicas permanentes.

Também falta empatia prática. Não basta falar sobre inclusão apenas em campanhas ou discursos. É necessário construir uma sociedade que acolha, respeite e compartilhe responsabilidades. A criação e os cuidados de uma criança atípica não deveriam recair exclusivamente sobre a mãe. É necessário enfatizar que a quantidade de pais que abandonam seus filhos, suas esposas, suas famílias, após o diagnóstico é gritante. E o número de mães atípicas que tiram suas vidas e até a vida dos filhos com deficiência pela exaustão, solidão, invisibilidade e por medo de deixá-los sozinhos, é alarmante.

Dar visibilidade às nossas vivências é essencial para romper o silêncio e diminuir o preconceito. Quando uma mãe atípica fala sobre sua realidade, ela não fala apenas por si, mas por milhares de mulheres que vivem diariamente o cansaço, a luta e o amor que existem por trás dessa maternidade.

Eunice Rosa Costa Santana, Mãe da Ester, 9 anos



JS: Quais são os maiores desafios que a senhora enfrenta ao conciliar os cuidados com seu filho e sua vida profissional, e de que forma isso impacta sua saúde emocional e física?

O maior desafio que enfrento não é apenas conciliar os cuidados diários com minha filha Autista e minha vida profissional, mas lidar com as barreiras atitudinais que surgem nesse caminho. Muitas vezes, o que mais machuca não é a rotina em si, apesar de muito pesada, mas o olhar de julgamento, a falta de compreensão, a baixa expectativa sobre ela e a ideia equivocada de que suas necessidades são exagero, incapacidade ou problema exclusivamente meu.

Atitudes como essas tornam a caminhada muito mais pesada e no meu ver, as barreiras atitudinais, aparecem quando a sociedade não enxerga primeiro a pessoa, mas apenas a deficiência, criando rejeição, medo, preconceito, pena ou exclusão. Para mim, essa é a parte mais dolorosa e adoecedora: ter que lutar não só pelos

cuidados da minha filha, mas também pelo direito dela ser respeitada, acolhida e compreendida.

Na vida profissional, isso impacta diretamente minha rotina, soma doenças que se quer posso tratar como deveria porque preciso administrar consultas, Terapias, crises, Escola, adaptações e, ao mesmo tempo, cumprir minhas responsabilidades no trabalho em uma conta que nunca fecha. Essa sobrecarga gera cansaço físico, ansiedade, culpa, exaustão emocional e sensação constante de estar sendo cobrada por todos os lados. Muitas vezes, sinto que preciso ser forte o tempo inteiro, mesmo quando meu corpo e minha mente já estão no limite.

Portanto, o maior desafio é enfrentar uma realidade em que a inclusão ainda depende de muita explicação, insistência e resistência. O cuidado com minha filha exige amor, presença e dedicação que vão sendo arrancados de mim pela Fibromialgia, TDAH, culpa e violação de direitos dentro de uma bolha que ignora a empatia social e insiste em me rotular de guerreira e isso além de cruel, fere silenciosamente, constrange, isola e transforma direitos básicos em batalhas árduas e desumana que roubam não somente a Saúde Física e Mental, mas a nossa dignidade como um todo.

JS: A senhora sente que existe apoio suficiente – seja do Estado, da sociedade ou das empresas – para lidar com as demandas da maternida-

de atípica? O que falta para que sua realidade seja menos invisível?

O apoio ainda é insuficiente e, muitas vezes, meramente simbólico. Na prática, nós, pais e mães de crianças com Deficiência, seguimos quase sempre sozinhos, tendo que lutar por direitos que já deveriam ser garantidos.

A sociedade ainda não compreende plenamente a maternidade atípica. Muitos olham com julgamento, impaciência ou pena, sem entender que por trás de uma criança Autista existe uma família inteira reorganizando sua vida, sua rotina, seu trabalho, sua Saúde Emocional e seus limites físicos. Essa falta de compreensão é uma barreira atitudinal muito dolorosa, porque transforma o cuidado em isolamento.

No ambiente de trabalho, também falta apoio real. Muitos empregadores ainda tratam as necessidades da mãe atípica como inconveniência, falta de comprometimento ou problema individual, quando, na verdade, são demandas legítimas de cuidado. Falta flexibilidade, acolhimento, adaptação de jornada, compreensão diante de consultas, Terapias, crises e emergências.

Mas o ponto mais grave está no Estado. O Estado deveria ser o principal garantidor de apoio, inclusão e proteção, mas frequentemente falha. Faltam políticas públicas efetivas, acesso rápido a Terapias, suporte psicológico aos pais, Escolas verdadeiramente inclusivas, profissionais capa-

citados, atendimento digno e uma rede organizada de cuidado. Muitas famílias precisam judicializar, implorar ou provar repetidamente aquilo que já é direito.

Para que minha realidade seja menos invisível, é preciso que a maternidade atípica deixe de ser tratada como uma responsabilidade exclusivamente familiar. É necessário reconhecer que cuidar de uma criança com deficiência exige rede de apoio, políticas públicas, respeito no trabalho e mudança de mentalidade social. O que falta é menos discurso bonito e mais compromisso concreto.

A nossa luta não é por privilégio. É por dignidade, inclusão e sobrevivência emocional.

COLABOROU:

Gabriela Oliveira (reportagem@jornaldosudoeste.com)

AGRADECIMENTOS:

Elisângela Rosa dos Santos (Malhada de Pedras)

Greiciele Miranda de Araújo (Guanambi)

Nicolaia Carneiro de Oliveira Achy (Itambé)

Paulo Henrique da Silva (Caculé)



anima
SAÚDE & BEM-ESTAR

Rua Joana Angélica, 245, Centro - 1º Andar
(Acesso por Elevador)
Brumado - BA

Telefone: (77) 9 9998-7920



Acolhimento transforma vidas!



Mães atípicas não buscam privilégios, mas sim respeito e apoio. Com empatia e solidariedade, podemos transformar desafios em caminhos de esperança.



Campanha de Cidadania
Faça parte dessa corrente!

Js.



MAYARA BEZERRA
Arquitetura e Interiores

DESIGN PERSONALIZADO | SOLUÇÕES CRIATIVAS | CONFORTO E SOFISTICAÇÃO

Transforme seu sonho em realidade!
Entre em contato hoje e descubra
como Mayara Bezerra pode reinventar
seu espaço.

(77) 98803-4343 mayarabezerra.arq@gmail.com @mayarasantanab



SINDICATO DOS MINERADORES DE BRUMADO
E MICRO REGIÃO
FILIADO A CTB E AO DIEESE

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ELEIÇÕES SINDICAIS

RESUMO

O Presidente do Sindicato dos Mineradores de Brumado e Região, convoca todos os associados quites para as eleições da Entidade que será realizada no dia 30 de junho de 2026, das 08:00 às 18:00 horas, com urnas fixas no Clube do Sindicato, à Rua Dr. Oldack de Carvalho Neves, nº 80, Brumado-Ba e com urnas itinerantes nas portarias da RHI Magnesita S.A, em Pedra Preta e Catiboaba, na portaria da Ibar S.A, na portaria da Xilolite S.A, na portaria da INB – Indústrias Nucleares do Brasil, em Caetité e na portaria da empresa Brazil Iron, em Piatã-Bahia, a fim de eleger a Diretoria Executiva, o Conselho Fiscal e o Delegado Federativo, com seus respectivos suplentes, para o período de 01/08/2026 a 31/07/2030. O prazo para a inscrição de chapas é de 15 (quinze) dias, a contar da data de publicação deste Edital no Site e na sede da Entidade, no expediente normal. Impugnações de candidaturas poderão ser feitas no prazo de 05 (cinco) dias após a publicação das chapas inscritas. A Comissão Eleitoral será formada após o prazo para inscrição de chapas e dirigirá o pleito democraticamente. Caso não haja quorum ou nenhuma chapa alcance o número de sufrágios na primeira votação, a segunda ocorrerá no dia 14/07/26. Em caso de empate entre as chapas, nova eleição será realizada no prazo máximo de 15 (quinze) dias. A chapa eleita será empossada solenemente até o dia 31/07/26.

Brumado-Ba, 30 de maio de 2026.


Édio da Silva Pereira
Presidente

JS MULHER – ENTREVISTA – DIRETOS DA MÃE ATÍPICA

“A INCLUSÃO NÃO É UM FAVOR, É UM DEVER COLETIVO”

alerta Advogada sobre Direitos das mães atípicas.

Gabriela Oliveira
redacao@jornaldosudoeste.com



JS: O que significa ser uma mãe atípica no contexto jurídico e social?

DRª DANIELLE TEIXEIRA: Socialmente, ser uma mãe atípica significa vivenciar a maternidade fora dos padrões de desenvolvimento neurotípico ou físico esperados, dedicando-se intensamente aos cuidados, terapias e à luta constante por inclusão de um filho com Deficiência, Síndromes Raras ou Neurodivergências – como o Autismo. No contexto jurídico, essa mãe é vista como a principal garantidora dos direitos de uma pessoa hipervulnerável. O Direito reconhece que essa mulher sofre impactos diretos em sua Saúde Física, Mental e em sua vida profissional, necessitando de proteção estatal específica para que consiga exercer o cuidado sem ser excluída da sociedade ou do mercado de trabalho.

JS: Há diferença entre os direitos das mães e dos pais de crianças e adolescentes Neurodivergentes ou com Necessidades Especiais?

DRª DANIELLE TEIXEIRA: Do ponto de vista estritamente legal, a Constituição Federal e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) estabelecem a igualdade de direitos e deveres entre homens e mulheres no exercício do poder familiar. Portanto, os direitos trabalhistas e previdenciários – como a redução de jornada – aplicam-se a ambos. No entanto, na prática social e jurídica, sabemos que a carga do cuidado recai esmagadoramente sobre as mulheres. Por isso, muitas políticas públicas e decisões judiciais acabam tendo um impacto de gênero muito forte, visando proteger essa mãe que, muitas vezes, acaba criando o filho sozinha.

A Maternidade Atípica tem ganhado visibilidade no debate público brasileiro, não apenas por seus desafios emocionais e sociais, mas também pelo complexo cenário jurídico que envolve o cuidado de crianças com deficiência. No cotidiano, são sobretudo as mães que assumem a linha de frente: acompanham Terapias, lutam por atendimento adequado, enfrentam barreiras na Escola, buscam direitos na área da Saúde e, muitas vezes, precisam reorganizar – ou até abandonar – suas carreiras profissionais para garantir o desenvolvimento dos filhos.

Apesar de a legislação brasileira ser considerada avançada em termos de inclusão, a distância entre o que está previsto em Lei e o que chega de fato às famílias ainda é grande. Muitas mães atípicas convivem com a dificuldade de acessar benefícios, conquistar flexibilização no trabalho, obter apoio institucional ou ver respeitado o direito fundamental de seus filhos à Educação Inclusiva. Diante desse cenário, entender os caminhos legais disponíveis é essencial para fortalecer essas mulheres e ampliar a garantia de direitos.

Para esclarecer esses aspectos, o JS conversou com a advogada Especialista em Direitos da Pessoa com Deficiência e Políticas de Inclusão itambeense Danielle Teixeira. Na entrevista, ela explica os principais direitos das mães atípicas, detalha avanços e lacunas da legislação, orienta como agir em casos de violação e discute os impactos sociais, econômicos e emocionais que afetam essas famílias.

Uma conversa necessária em um país onde o cuidado ainda recai de forma desigual sobre as mulheres – e onde informação jurídica pode ser a diferença entre a dignidade e a exclusão.

Confira os principais trechos da entrevista:

JS: Quais são os principais direitos garantidos às famílias de crianças e adolescentes com neurodivergências ou necessidades especiais?

DRª DANIELLE TEIXEIRA: Os principais direitos estão fundamentados na Constituição Federal, no ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) e na Lei Brasileira de Inclusão (LBI). Destacam-se: o direito à Saúde Integral – incluindo Terapias Multidisciplinares pelo Sistema Único de Saúde (SUS) ou Planos de Saúde sem limite de sessões; o direito à Educação Inclusiva – com suporte especializado; o Benefício de Prestação Continuada (BPC/LOAS) para famílias de baixa renda; isenções tributárias na compra de veículos (IPI, ICMS, IPVA); e o direito à redução da jornada de trabalho para os pais, para que possam acompanhar os filhos em Terapias.

JS: Quais direitos trabalhistas a legislação assegura às mães atípicas, incluindo estabilidade no emprego, redução de jornada e flexibilização de horários?

DRª DANIELLE TEIXEIRA: Para as servidoras públicas (federais, estaduais e municipais), o direito à redução da jornada de trabalho em até 50%, sem redução de salário e sem necessidade de compensação, é garantido por Lei (como o artigo 98, § 2º e § 3º, da Lei 8.112/1990) e consolidado pelo Supremo Tribunal Federal no Tema 1.097. Para as mães celetistas (iniciativa privada), a CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), infelizmente, ainda não possui uma regra expressa de redução sem perda salarial. Contudo, o Tribunal Superior do Trabalho (TST) tem proferido decisões favoráveis aplicando a Lei dos Servidores Públicos por analogia. O TST entende que a redução da jornada sem diminuição salarial é essencial para garantir a igualdade e a adaptação razoável, baseando-se na Convenção Internacional sobre os Direitos das Pes-

soas com Deficiência Além disso, a Lei do Programa Emprega + Mulheres (Lei 14.457/2022) trouxe a possibilidade de flexibilização de horários e teletrabalho para mães de filhos com deficiência.

JS: Como funciona o direito a licenças médicas ou para acompanhamento terapêutico dos filhos?

DRª DANIELLE TEIXEIRA: No serviço público, existem licenças específicas para acompanhamento de pessoa da família doente. Na iniciativa privada, a CLT é mais restrita, permitindo apenas um dia por ano para acompanhar filho de até 6 anos em consulta médica. Por isso, a via judicial tem sido o caminho para que mães celetistas consigam a redução de jornada contínua para acompanhar as Terapias semanais, que são essenciais para o desenvolvimento da criança Neurodivergente

“... mães que precisaram parar de trabalhar para cuidar dos filhos podem se inscrever como seguradas facultativas de baixa renda no INSS (contribuindo com 5% do salário mínimo) para garantir direito à aposentadoria, auxílio-doença e salário-maternidade.”

JS: Quais benefícios sociais e previdenciários estão disponíveis para mães atípicas?

DRª DANIELLE TEIXEIRA: O principal benefício é o BPC/LOAS (Benefício de Prestação Continuada), que garante um salário mínimo mensal à pessoa com deficiência (incluindo Autistas) cuja família tenha renda per capita inferior a 1/4 do salário mínimo. Além disso, mães que precisaram parar de trabalhar para cuidar dos filhos podem se inscrever como seguradas facultativas de baixa renda no INSS (contribuindo com 5% do salário mínimo) para garantir direito à aposentadoria, auxílio-doença e salário-maternidade.

JS: Existe prioridade em programas sociais, como o Bolsa Família ou o BPC?

DRª DANIELLE TEIXEIRA: Sim. Famílias que possuem pessoas com deficiência têm prioridade no atendimento e na concessão de moradias em programas habitacionais públicos. Além disso, o recebimento do BPC não impede que a família receba o Bolsa Família, desde que os demais critérios de renda (descontando o valor do BPC para o cálculo) sejam preenchidos.

JS: Quais são os direitos das crianças e adolescentes Neurodivergentes ou com Necessidades Especiais em relação à matrícula e permanência em Escolas regulares?

DRª DANIELLE TEIXEIRA: A Constituição Federal e a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) são categóricas: a Educação Inclusiva é um direito. A Escola, seja pública ou privada, é obrigada a matricular o aluno com deficiência. A recusa de matrícula por motivo de deficiência é crime, punível com reclusão de 2 a 5 anos e multa.

JS: A legislação garante a essas crianças e adolescentes o acesso a profissionais de apoio escolar e adaptações pedagógicas?

DRª DANIELLE TEIXEIRA: Sim, de forma absoluta. A Lei Brasileira de Inclusão (Lei 13.146/2015) determina que incumbe ao poder público e às Instituições privadas assegurar a oferta de profissionais de apoio escolar e adaptações razoáveis. A Lei é clara ao vedar a cobrança de valores adicionais de qualquer natureza nas mensalidades, anuidades e matrículas para o cumprimento dessas determinações - "§ 1º Às instituições privadas, de qualquer nível e modalidade de ensino, aplica-se obrigatoriamente o disposto nos incisos (...) XVII e XVIII do caput deste artigo, sendo vedada a cobrança de valores adicionais de qualquer natureza em suas mensalidades, anuidades e matrículas no cumprimento dessas determinações."

Além disso, a Lei do Autismo (Lei 12.764/2012) reforça que, em casos de comprovada necessidade, o aluno com Transtorno do Espectro Autista (TEA) tem direito a acompanhante especializado

JS: O que fazer quando uma Escola – pública ou privada – se recusa a aceitar a matrícula ou não oferece suporte adequado a crianças ou adolescentes Neurodivergentes ou com Necessidades Especiais?

DRª DANIELLE TEIXEIRA: O primeiro passo é exigir a recusa ou a negativa de suporte por escrito. Com essa prova (ou mesmo com trocas de e-mails e mensagens), a mãe deve denunciar a Escola ao Ministério Público, à Secretaria de Educação e ao Procon (no caso de Escolas particulares). Paralelamente, é fundamental buscar um Advogado Especialista ou a Defensoria Pública para ingressar com uma Ação de Obrigação de Fazer com pedido de Liminar, obrigando a Escola a efetivar a matrícula ou fornecer o mediador escolar imediatamente, sob pena de multa diária.

JS: Em casos de violação, quais os primeiros passos que a mãe deve tomar?

DRª DANIELLE TEIXEIRA: O primeiro passo é sempre documentar a violação. Se for uma negativa de Plano de Saúde, exija a recusa por escrito com a justificativa. Se for na Escola, guarde e-mails, mensagens ou grave reuniões (o que é permitido por Lei quando você é parte da conversa). Com as provas em mãos, a mãe deve procurar os órgãos de proteção: Ministério Público, Defensoria Pública, Procon ou um Advogado de confiança. Em muitos casos, uma notificação extrajudicial bem fundamentada já resolve o problema sem precisar de um processo.

JS: É comum que mães atípicas precisem recorrer ao Judiciário para garantir direitos já assegurados em Lei? Por que isso acontece?

DRª DANIELLE TEIXEIRA: Infelizmente, é extremamente comum. Isso acontece porque, no Brasil, temos Leis excelentes no papel (como a LBI e a Lei do Autismo), mas há uma resistência estrutural, econômica e cultural em cumpri-las. Planos de Saúde negam Terapias para cortar custos; Escolas recusam mediadores alegando falta de verba ou de profissionais; e o INSS frequentemente nega o BPC com base em perícias superficiais. O Judiciário acaba sendo a última trincheira para forçar o cumprimento de direitos que deveriam ser automáticos.

JS: Que tipo de apoio jurídico, social ou institucional está disponível para essas famílias?

DRª DANIELLE TEIXEIRA: Do ponto de vista jurídico, as famílias de baixa renda podem contar com a Defensoria Pública e com os Núcleos de Prática Jurídica das Universidades. No âmbito social, os Cras (Centros de Referência de Assistência Social) são a porta de entrada para benefícios como o BPC e a Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Ciptea). Além disso, as ONGs e Associações de Mães Atípicas (como as Associações de Autismo) prestam um apoio institucional e emocional inestimável, orientando sobre direitos e formando redes de apoio.

JS: De que forma políticas públicas municipais e estaduais podem ampliar a proteção às mães atípicas?

DRª DANIELLE TEIXEIRA: Os municípios e Estados precisam criar políticas que "cuidem de quem cuida". Isso inclui: criar Centros de Referência Especializados com atendimento multidisciplinar (para não depender apenas de clínicas privadas); garantir transporte público acessível e gratuito para o trajeto casa-Terapia; oferecer apoio psicológico gratuito para as mães; e criar Programas de Capacitação e Reinserção no Mercado de Trabalho com horários flexíveis para essas mulheres.

JS: Questões de renda, raça ou região podem impactar o acesso aos direitos previstos?

DRª DANIELLE TEIXEIRA: Sem dúvida. A interseccionalidade agrava a vulnerabilidade. Uma mãe atípica, negra, periférica e de baixa renda enfrenta barreiras muito maiores. Ela depende exclusivamente do SUS (que tem filas de espera de anos para Terapias), do transporte público precário e, muitas vezes, não tem acesso à informação ou a um Advogado para judicializar suas demandas. O acesso à Justiça e à Saúde de qualidade no Brasil ainda é, infelizmente, muito desigual.

“... precisamos de Leis que garantam uma “Aposentadoria Especial do Cuidado” para mães que dedicaram a vida inteira aos filhos com deficiência severa e não puderam contribuir para o INSS.”

JS: Quais avanços, na opinião da senhora, ainda são necessários na legislação brasileira?

DRª DANIELLE TEIXEIRA: Precisamos de uma legislação trabalhista (CLT) que garanta expressamente a redução de jornada sem perda salarial para mães atípicas na iniciativa privada, sem que elas precisem processar a empresa. Também precisamos de Leis que garantam uma "Aposentadoria Especial do Cuidado" para mães que dedicaram a vida inteira aos filhos com deficiência severa e não puderam contribuir para o INSS. Além disso, punições mais severas e rápidas para Planos de Saúde e Escolas que descumprem a lei.

JS: A legislação prevê instrumentos para reforçar a corresponsabilidade parental e evitar abandono no cuidado?

DRª DANIELLE TEIXEIRA: Sim. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e o Código Civil estabelecem que o cuidado é dever de ambos os pais.

O abandono material (não pagar pensão) é crime. Além disso, o abandono afetivo e a sobrecarga unilateral do cuidado (quando o pai simplesmente "vai embora" e deixa toda a carga com a mãe) têm gerado condenações na Justiça Cível. O Superior Tribunal de Justiça já reconheceu que "amar é faculdade, cuidar é dever", permitindo indenizações por danos morais contra pais que abandonam filhos com deficiência, deixando a mãe atípica em situação de esgotamento físico, mental e financeiro.

“ **A sociedade precisa parar de romantizar a exaustão da mãe atípica chamando-a de “guerreira” ou “escolhida por Deus”, e começar a oferecer apoio real.** ”

JS: Como a sociedade pode colaborar para reduzir preconceitos e ampliar a inclusão?

DRª DANIELLE TEIXEIRA: A sociedade precisa parar de romantizar a exaustão da mãe atípica chamando-a de "guerreira" ou "escolhida por Deus", e começar a oferecer apoio real. Isso significa: não julgar uma criança tendo uma crise em um supermercado; cobrar das Escolas dos seus filhos Neurotípicos que sejam verdadeiramente inclusivas; e, no ambiente de trabalho,

apoiar colegas que são mães atípicas. A inclusão não é um favor, é um dever coletivo.

JS: Que mensagem a senhora deixaria para mães que enfrentam diariamente os desafios da maternidade atípica?

DRª DANIELLE TEIXEIRA: Vocês não estão sozinhas e a exaustão de vocês é válida. Não tenham medo ou vergonha de exigir os direitos dos seus filhos. A Lei está do lado de vocês. Busquem informação, unam-se a outras mães e lembrem-se de que cuidar de si mesmas também é fundamental para conseguirem cuidar dos seus filhos.

JS: E para a sociedade?

DRª DANIELLE TEIXEIRA: A deficiência não é um problema da pessoa ou da família dela; é uma característica da diversidade humana. O problema são as barreiras que a sociedade impõe. Quando removemos essas barreiras – sejam elas arquitetônicas, atitudinais ou legais – permitimos que todos exerçam sua cidadania plenamente.

JS: A senhora gostaria de acrescentar algo?

DRª DANIELLE TEIXEIRA: Apenas reforçar que a luta das mães atípicas é uma luta por direitos humanos básicos. Precisamos que o Estado cumpra seu papel e que o Sistema de Justiça seja mais célere. Agradeço ao Jornal do Sudoeste pelo espaço para dar voz a um tema tão urgente e invisibilizado.



DANIELLE TEIXEIRA DO AMARAL ROCHA
Advogada (OAB SP 400891 | OAB BA 66654) e Servidora Pública.

Atendimento em Itambé/BA:
Danielle Teixeira Advocacia e Consultoria Jurídica
Rua Higino Melo, 153 A, Centro
Telefone: 77 99975-1571

Instagram - @escritorio_dradanielleteixeira

Formação: Bacharel em Direito e Graduada em Letras.

Áreas de Especialidade: Direito dos Autistas (Inclusão e Direitos da Pessoa com Deficiência - PcD), Direito de Família e Direito Previdenciário.

Diferencial Profissional: Advocacia humanizada e comunicação jurídica assertiva, unindo o conhecimento das Leis ao domínio da linguagem para a defesa de direitos fundamentais. Âmbito de Atuação: Nacional (Brasil).

PROTEJA SUAS CONQUISTAS, CONTE COM A REALIZA



Assistências que atendem
suas necessidades 24 horas
sete dias por semana.



Rua: Joana Angélica, 245 – 1º Andar – Sala 01
Sênio Clínica – Brumado – BA

WhatsApp (77) 9 9957-6500

Estudante de Encruzilhada conquista Medalha de Ouro na Olimpíada Brasileira de Língua Inglesa

14



**Ansiedade e Autismo:
Estudo mostra que verbalizar
emoções pode ajudar a combater Ansiedade**

19

"DEEPPAKES" SEXUAIS REFORÇAM VIOLÊNCIA DE GÊNERO NAS ESCOLAS

16